

EM TEMPO!

QUINZENÁRIO NACIONAL • Nº 123 • ANO IV • 19/2 A 12/3/1981 • Cr\$ 40,00

A próxima edição do EM TEMPO sairá dia 12 de março, e não dia 5, quinta-feira da semana do carnaval. Assim, a presente edição ficará 21 dias nas bancas. Nós também damos nossos pulinhos. Até lá.



Ministros militares
proclamam

*Os
torturadores
são
intocáveis*

Política

Os grandes processos operários da história

Do Processo dos Mártires de Chicago de 1887, de Sacco e Vanzetti em 23 de agosto de 1927, ao Processo dos "13 do ABC", incluindo Lula, repete-se a mesma história: o ódio encarniçado das classes dominantes contra a organização autônoma dos explorados sob o capitalismo.

Por Maurício Tragtemberg

Do Processo dos Mártires de Chicago de 1887, de Sacco e Vanzetti de 23 de agosto de 1927 ao Processo dos "13 do ABC", incluindo Lula, repete-se a mesma história: o ódio encarniçado das classes dominantes contra a organização autônoma dos explorados e dominados sob o capitalismo. De um lado 'a razão de Estado' em nome da qual tantos crimes se cometem, de outro, trabalhadores cujo único crime foi desenvolver a organização solidária entre seus pares, tendo em vista lutar por melhores condições de trabalho, aumento salarial e diminuição da jornada de trabalho.

O processo de Chicago

A 11 de novembro de 1887 quatro sindicalistas — Parsons, Spies, Fischer e Engel — são enforcados em Chicago. Schwab, Neebe, Fielden conseguem o perdão e Linng 'suicida-se' na prisão, segundo a versão oficial, ao tentar acender seu cigarro no pavio de um cartucho de dinamite!

Na realidade, eles representavam a vanguarda do proletariado que lutava contra uma jornada de trabalho de 14 a 16 horas diárias; ser operário equivalia a não ver a luz do sol. O trabalho iniciava-se na terra de George Washington às 4 da manhã e terminava às 20 horas. Criou-se a Federação dos Grêmios e Uniões Organizadas dos EE.UU. e Canadá que toma a frente da luta e propõe a jornada de 8 horas a partir de 1886. Desencadeiam-se greves em favor da luta pelas 8 horas de trabalho e a repressão surge em Milwaukee onde 8 operários são mortos pela polícia. Em Chicago marcou-se uma greve geral, furada por 200 operários resolvidos a trabalhar. A polícia particular das empresas protege-os com cassetetes e revólveres. Resultado, seis operários são mortos e 50 ficam feridos. As Uniões Operárias marcaram uma manifestação pública em Chicago com 3000 assistentes que transcorre pacificamente. Um policial graduado reúne mais de 100 policiais uniformizados que dispersam os restantes trabalhadores que permaneceram na praça. Uma bomba jogada mata o oficial Mathias Degam, a polícia fere 200 manifestantes, matando alguns. É proclamado o estado de sítio, toque de recolher detenção indiscriminadas de operários e dirigentes sindicais, jornais operários fechados e residências invadidas. No dia seguinte são presos Samuel Felden, Spies, Schwab, Engel, Fischer, Ling, Neebe e Parsons. O julgamento na realidade é um pré-julgamento, não se trata de saber quem atirou a bomba que matou o policial, mas sim condenar os líderes sindicais. Os jurados que normalmente formam-se por sorteio são por nomeação para o caso escolhidos pelo Promotor Julius S. Grinnel.

Porém o governador de Illinois, ex-operário, ante a ilegalidade e arbítrio do processo concede perdão absoluto a três presos. A 1º de Maio o Congresso regulamenta a jornada de 8 horas de trabalho. O governador de Illinois, Atgel, diria que "está provado que Rayce alardeou enquanto escolhia os jurados que era ele que manejava o processo; que os réus seriam enforcados de qualquer maneira"; que estava escolhendo gente sua para formar o Juri, de forma que os processados pode-



riam esgotar todos os argumentos que quisessem, mas ao finaliza-los, não teriam outro remédio senão eleger os jurados entre as pessoas que ele havia indicado. Sua manobra era simples: ele apresentaria primeiro, nomes de jurados que inevitavelmente seriam impugnados pela defesa. Findo o limite legal de impugnação, não haveria mais possibilidade de escolha. Entre os jurados havia um parente dos feridos pela bomba. O responsável pela bomba jamais foi encontrado, o processo e a sentença final não tinham por finalidade encontrar o culpado, mas condenar os oito dirigentes operários por sua prática sindical. A sentença foi proferida a 28 de agosto e 7 dos acusados condenados a força. Em setembro de 1877 a Corte Suprema da Justiça de Illinois reafirma a sentença embora admita que o processo possa conter 'erro judicial'.

O processo Sacco e Vanzetti

Os EE.UU. ganharam a primeira guerra porém não ganharam a tão alardeada 'paz industrial'. Eis que em 1920 foram detidas e fichadas mais de 10 mil pessoas, algumas deportadas, a maioria de origem italiana. O Departamento de Justiça lança campanha inquisitorial contra os chamados radicais, socialistas, libertários. Andrea Salsedo, jovem tipógrafo italiano que editava o jornal *A Manhã* em Nova Iorque foi sequestrado à mando do Departamento da Justiça dos EE.UU. Bartolomeu Vanzetti em Nova Iorque recebe recado de Salsedo sobre sua situação: encarcerado há seis meses, sob acusações gravíssimas. Vanzetti volta a Boston relatando o clima repressivo de Nova Iorque. Seguido pela polícia de Nova Iorque a Boston é detido. Por acusação de 'subversão' é condenado à cadeira elétrica com Sacco, outro militante sindical. São condenados à cadeira elétrica, apesar de protestos de mundo todo a 23 de agosto de 1927. Anos depois o Estado reconhecera a inocência do pescador Vanzetti e do sapateiro Sacco, porém isso não foi suficiente para devolver a vida aos dois militantes do sindicalismo norte-americano.

O processo dos "13 do ABC"

O processo dos 13 do ABC, incluindo Lula, se dá sob a égide do Estado de (in) Segurança Nacional, doutrina formada na Academia de West Point nos EE.UU e exportada à América Latina, para legiti-

mar a dominação do estamento militar burocrático associado às multinacionais, donas da vida.

O chamado 'Estado de Segurança Nacional' é a característica comum do Estado no Chile, Argentina, Brasil sobre o legislativo foi destituído de qualquer poder, o judiciário reduzido a mero carimbo tolerado pela burocracia do Executivo, a legislação de exceção implantada pelo corpo social, da fábrica às universidades. A dúvida permanece: quem será o satélite privilegiado dos EE.UU na América Latina, se o Brasil ou Argentina, quem será o Vietnã do Sul do Cone Sul e seu Cao-Ki. De resto a uniformidade é absoluta: um gabinete secreto formado pela 'alta cúpula' burocrático-militar federal concentra os poderes de decisão e a Nação privada de cidadania reduz-se a um conglomerado de súditos tributários, pagadores de impostos, cumpridores de deveres, quanto menor a classe social mais os direitos se esvaem.

O ABC que concentra a indústria de ponta do país logicamente concentrou um proletariado de 'ponta' isto é uma vanguarda operária surgida das bases. E são os 13 do ABC que serão processados pela 2ª Auditoria Militar por 'desobediência civil' e 'propaganda subversiva' por coordenarem um movimento grevista que reivindicava melhores condições de trabalho e aumentos salariais com base em decisões tiradas de assembléias que expressavam a vontade de 200 mil metalúrgicos. E não se diga que eles foram avessos à negociação, conforme testemunho do industrial Villares. Uma fração dos patrões pretendia negociar com os trabalhadores no que foi impedida pelo Ministério do Trabalho que à soldo das multinacionais da indústria automobilística pretendia estimular o confronto e com isso justificar o enquadramento de Lula e seus companheiros na 'lei celerada', essa vergonha intitulada Lei de Segurança Nacional.

O que pretende a ditadura

O que pretende a ditadura com o Processo contra os 13 do ABC? Atemorizar a classe trabalhadora nacional na sua luta por seus interesses econômicos e sociais, cortar a cabeça da liderança do PT que emerge como um partido da base operária. Ao mesmo tempo, a ditadura executa uma manobra, que consiste em cooptar para seu regaço siglas desgastadas pelo

oportunismo político como o PTB estendendo a mão ao 'diálogo' com siglas pré-históricas como o PCB ou PC do B, no sentido de dividir para reinar. Para isso a ditadura conta com o 'braço armado' da **Hora do Povo**, que, com cassetetes investe contra trabalhadores e mulheres que pretendem auto-organizar-se e ao fazê-lo executa uma repressão contra o povo com uma eficiência exemplar que deixa a Polícia prá trás.

Apesar disso a história caminha. A solidariedade internacional dos trabalhadores manifestada pelo apoio das grandes centrais sindicais europeias, da AFL-CIO as duas maiores centrais sindicais norte-americanas; as manifestações de Florianópolis, S. Paulo, etc., contra a Lei de Segurança Nacional — lei celerada — e contra o enquadramento dos '13 do ABC' nas suas malhas, mostram que a classe trabalhadora e os setores estudantis e médicos estão atentos e reagem contra aqueles que pretendem castrar o povo em suas legítimas manifestações.

Ao ver o sr. Ulisses Guimarães (PMDB) ao abraçar o Lula no palanque em S. Bernardo, por ocasião do ato público contra a Lei de Segurança Nacional e o enquadramento dos '13 do ABC', os operários não esqueceram que esse 'representante do povo' fôra o Relator da Lei 4.330 sob o ditador Castelo Branco, que, a pretexto de regulamentar o Direito de Greve praticamente aboliou-o. Com base nisso, é que a ditadura em 81 pretende enquadrar na LSN e punir Lula e seus companheiros, penalizando assim a classe trabalhadora nacional.

O Processo contra Lula e seus companheiros do ABC, da mesma forma que o Processo de Chicago, de Sacco e Vanzetti, representam nada mais do que o ódio das classes dominantes a auto-organização dos trabalhadores e às suas lideranças autênticas.

A absolvição de Lula e seus companheiros marcará um passo adiante na história ascendente do movimento operário brasileiro: a condenação dos "13 do ABC" significará o fim da farsa da 'abertura' e a confirmação de que os trabalhadores só podem confiar em si mesmos na sua luta, rejeitando intermediários que pretendam 'representá-los'. É nesse sentido que a história do movimento operário poderá ser dividida, antes e depois do Processo dos "13 do ABC".

Campanha contra a Lei de Segurança Nacional Milhares protestaram por todo o país

Por Sandra Starling

Começando já na sexta-feira 13, dia da chegada ao Brasil da comitiva do PT que viajava pelo exterior, dezenas de atos unitários de oposição se realizaram neste último fim de semana por vários Estados do Brasil, em protesto contra a Lei de Segurança Nacional e em defesa de suas vítimas.

A campanha, puxada pelo PT, continua ainda ao longo dos próximos dias em virtude do adiamento do julgamento dos sindicalistas do ABC (numa aparente manobra, visando desarticular o apoio internacional às vítimas, o juiz militar adiou o julgamento esperado para o dia 16 marcando-o para dia 20 e, logo em seguida, diante do protesto dos advogados de defesa, adiou-o novamente, deixando por enquanto a data em aberto).

O ponto alto das manifestações foi o ato no domingo, no Paço Municipal de São Bernardo que contou com a presença de cerca de cinco mil pessoas. Iniciando-se às 11 horas da manhã, em virtude de atrasos na escolha dos oradores que fariam (quando chegou a haver tumultos no palanque entre os anfitriões do ato e integrantes do jornal *Hora do Povo*) a manifestação assistiu à fala de 18 oradores, entre eles um dirigente sindical suéco que, integrando a comitiva do apoio internacional, já havia chegado ao Brasil.

Na sua fala, Lula, ressaltou o caráter internacional da classe operária e renovou a disposição da categoria para a próxima campanha salarial. Arrolou ainda a série de indiciados e condenados pela Lei de Segurança Nacional e deu um balanço no



Ennio Brauns Filho (JORNACOOP)

andamento da campanha pelos atingidos pelo arbítrio.

Dois dias depois, em Curitiba, a campanha mostrava seus primeiros resultados com o tribunal militar absolvendo os estudantes acusados de organizarem o protesto do ano passado contra a visita de Figueiredo a Santa Catarina, por insuficiência de provas. O julgamento havia sido precedido por uma intensa mobilização na capital paranaense por parte do conjunto das forças de oposição quando, inclusive, a repressão policial chegara a disparar tiros ferindo um turista argentino.

O saldo da campanha contra a LSN é, a esta altura, bastante positivo. É bem verdade que a adesão de outras forças de oposição, além do PT, tem sido bastante desigual, variando de região para região. Mas, a grosso modo tem-se conseguido levar adiante a unidade, e espera-se que a organização das atividades melhore ainda mais nos dias que a campanha ainda tem pela frente até a data do julgamento dos sindicalistas do ABC.



Rosa Ganditano (JORNACOOP)



Para os trabalhadores, duralex

A Lei das Inelegibilidades, mantida intacta pela "abertura" já cassa os direitos políticos dos dirigentes do ABC desde a intervenção sindical do ano passado. É hora portanto de ampliar os objetivos da Campanha contra a LSN.

Quando o governo, no passado, alardeava vitórias da ARENA, muito pouca gente ficava sabendo a que preço essas "vitórias" eram conseguidas. Em 1970, por exemplo, foi feita a Lei das Inelegibilidades, verdadeira jóia a revelar com quem convive a ditadura e quem ela não tolera de jeito nenhum. De cara, ela proibia de candidatar a todo cargo público (desde vereador até Presidente da República) qualquer um que tivesse sido punido pelos Atos Institucionais e Complementares, pela Lei de Segurança Nacional ou que simplesmente estivesse sendo processado com base nela. E completava: também não podem candidatar-se a nada "os que tiverem sido afastados ou destituídos de cargos ou funções de direção, administração ou representação de entidade sindical". Como ninguém nunca viu o Ministério do Trabalho intervir em entidade patronal, fica muito claro contra quem se dirigia esse trecho da lei...

A partir de agosto de 1979, com a Lei da Anistia, parte dos problemas criados pela própria ditadura, com suas punições a torto e à direita, foram sanados. No caso, os punidos até a data de 15 de agosto de 1979 voltaram a adquirir a condição de cidadãos de primeira categoria, porque essa Lei foi expressa em permitir que todos os anistiados e elegerem e fossem eleitos por partidos políticos. Acontece que como a Lei da Anistia marcou prazo e não

foi acompanhada nem da revogação da Lei de Segurança Nacional, nem da revogação das leis que permitem ao Ministério do Trabalho intervir em sindicatos, as lideranças operárias punidas após essa data em 15/8/79 - pela Lei de Segurança Nacional ou por intervenção do Murilo Macedo nos seus sindicatos, ficam proibidas de candidatar a qualquer cargo público.

A esta altura dos acontecimentos, todo mundo (mas todo o mundo mesmo) está de olho no julgamento de Lula e dos sindicalistas enquadrados na Lei de Segurança Nacional, por causa da greve do ABC.

Acontece que diante das pressões todas, e por causa dessa Lei das Inelegibilidades, o regime pode até se dar ao luxo de não condenar ninguém e mesmo assim nenhum deles poder concorrer às eleições de 1982, ou outra qualquer eleição, enquanto vigorar esse monstrego.

Essas coisas todas só nos levam a confirmar o que não precisa ser bido para saber: embora a ditadura ainda precise de casuismos para enfrentar até mesmo a oposição liberal e liberalóide, contra os trabalhadores esses casuismos viriam apenas complementar o quadro de cerco constante. Pois quem é afastado ou destituído de sindicato não pode mais concorrer ao próprio sindicato e, de quebra, perde seus direitos políticos.

"Escorraçados" é isso aí

Gangsterismo político dos apoiadores do HP é flagrado no ato do Paço Municipal.

O maior desgaste, e prova de enorme isolamento, sofrido até agora pelo gangsterismo político dos integrantes do HP, sem dúvida, se deu no ato do dia 15 em São Bernardo. Tumultuaram o início do ato, disputando a unhas, dentes e cacetetes, uma vaga entre os oradores. Eu seguida, não obtendo o que queriam, articularam com o vice-presidente da UNE que lhes cedesse um tempo dentro de sua inscrição e, num gesto de "ousadia" o editor do HP, subitamente pula para cima do



Ennio Brauns Filho (JORNACOOP)

palanque e toma o microfone. Era demais; os organizadores do ato tentam removê-lo do assalto ao microfone e, diante da recusa do brigadista em aceder, vêem-se obrigados a descê-lo de lá pela força. Mas não ficou aí: em meio ao tumulto que se seguiu um brigadista HP é apanhado com

um cacetete escondido, o símbolo patente e clássico de seus métodos gangsteristas.

Ao final do ato, Lula expôs a peça apreendida ao público e condenou os provocadores conclamando os trabalhadores a fiscalizarem a conduta de todo suspeito presente no ato.

No mesmo dia, a direção do PT de São Bernardo soltou uma nota em protesto contra os tumultos causados pelo HP e seus métodos de luta inaceitáveis pelos trabalhadores. Abaixo a nota:

"A direção municipal do PT de SBC repudia a atitude dos membros do semanário *Hora do Povo* que por ocasião do ato público unitário realizado no dia 15 de fevereiro, em SBC, provocaram incidentes que prejudicaram o desenrolar do protesto dos trabalhadores contra a LSN. Lamentamos, pois, que os membros do HP que estão sob o arbítrio da LSN tivessem assumido conduta anti-democrática, usando até de violência física contra a classe trabalhadora. Reafirmamos que os trabalhadores que lutam contra a opressão não são de meias palavras. Temos bem claro que a unidade exige critérios".

(PT de São Bernardo)

Economia

A Campanha da Poupança

O povo já não tem onde cair morto

Para a grande massa dos trabalhadores brasileiros, o estímulo a consumir menos soa como uma grossa ironia. Pois o que vem ocorrendo é que os assalariados são obrigados a consumir menos simplesmente porque o seu salário tem cada vez menor poder aquisitivo numa situação de tal ritmo inflacionário, geralmente não acompanhados tanto pelo índice dos reajustes como pela sua periodicidade.

E mais: a população está deixando de consumir não o supérfluo mas gêneros essenciais. É o que ocorre com o consumo de carne ou leite, ou mesmo, com o consumo (por habitante) anual de arroz que decresceu entre 1972 e 1978 de 78 kilos

“Trabalhar mais, exportar mais, poupar mais” são os lemas da campanha publicitária de 800 milhões de cruzeiros que o governo botou nas ruas para estimular o povo a enfrentar os tempos difíceis.

Por Juares Guimarães

para 63, ou do feijão, que experimentou no mesmo período uma queda de 27 kilos para 21. Até mesmo o café vem se tornando um luxo para uma larga faixa de brasileiros: o seu consumo caiu 24% nos últimos dez anos.

Não chegou a outra conclusão um levantamento nutricional recente promovido pela Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar. Segundo ele, ao longo da década de 70, a carência calórica do brasileiro aumentou em 15% sendo que o consumo de proteínas por habitante está estagnado. Mas o governo não deixa por menos: está retirando os subsídios à comercialização do trigo, o que elevará substancialmente o preço de seus derivados, o pão e o macarrão, à frente com a esperada queda no seu consumo.

Quanto aos assalariados que recebem

mais de 15 salários-mínimos por mês, e que poderiam ser o alvo mais direto da campanha, já estão sendo desestimulados ao consumo através de reajustes bastante inferiores ao índice inflacionário (no caso dos que se situam entre 15 e 20 salários) ou simplesmente não têm direito a reajustes automáticos (mais de 20 salários mínimos). Isto, além de perderem cerca de 2,1 unidades salariais por ano devido à corrosão do processo inflacionário (mesmo para os que recebem reajustes semestrais), pois os reajustes são explicitamente abaixo de um índice que já não acompanha a inflação.

Restam aqueles que vivem de renda, de lucros, de juros, especulação ou mesmo mordomias. Mas seria demais esperar que uma campanha publicitária que fala em crise, em tempos difíceis, os sensibilize. Para estes, a festa continua e notícias de fausto, desperdício e pompa não faltam aos cronistas sociais.

A única saída: produzir mais e poupar. Não ficaria nada mal acrescentar a este título — uma das pérolas produzidas pela atual campanha governamental de incentivo à “poupança” — um acento agudo. Sim, de fato, produzir mais é poupar. Ao menos assim soa mais apropriado aos cânones elementares da teoria econômica.

Uma questão de bom senso: se todos pouparem, quem gastará? Inúmeros empresários já expuseram à imprensa esta dúvida. E outros tantos economistas já demonstram, com argumentos sofisticados, a falta de rigor lógico na proposta governamental.

Os erros são vários, e vão desde o conceito de “poupança”, que nada mais é do que a outra face do investimento — este sim uma variável de gasto diretamente mensurada pela contabilidade social — a definição de “poupança externa” — que nada mais é do que outra definição meramente contábil, o saldo das transações correntes do balanço de pagamentos.

Os longos anos de afastamento do convívio teriam embolorado o outrora tão louvado instrumental teórico de Delfim? Ou seria sua assessoria composta por incapazes? Nem um nem outro. A campanha governamental, na realidade, é apenas uma manobra diversionista, visando a confundir a opinião pública.

Vejam melhor. Encontra-se encerrada no baú das vulgaridades econômicas uma série de idéias derivadas do senso comum e das noções mais primárias de economia doméstica. Várias delas apontam noções como abstinência, “poupança” individual, sacrifícios pessoais, como a origem dos juros, de investimento, da riqueza coletiva etc. Embora surradas de tempos em tempos por economistas das mais variadas concepções, a começar por Marx, e embora definitivamente varridas do pensamento acadêmico por Keynes, tais idéias demonstram notável resistência.

No governo Figueiredo, o porta-estandarte destas preciosidades econômicas tem sido Camilo Pena. Persistente, já há dois anos o ministro insiste em bater nesta tecla. Ainda de passagem combate o “consumismo” da população, pregando a necessidade de converter a indústria de bens de consumo a um padrão espartano,



Um pacote de vulgaridades

A campanha governamental, na verdade, é apenas uma manobra diversionista preparando o senso comum e a opinião pública para que aceitem o remédio amargo da recessão e da inflação acelerada.

Por Maurício Coutinho

mais adequado à escassa renda individual da maior parte da população.

Junte-se a isto a política salarial. Delfim tem insistido nos últimos meses em que os reajustes semestrais e a correção salarial através do INPC vem favorecendo os setores de baixos salários, em prejuízo da classe média e inclusive dos lucros empresariais.

O que menos interessa, no caso, é a correção dos argumentos governamentais. Afinal, este não é um país sério, e o ministério continua intocado apesar de mais que provado que a rotatividade da mão-de-obra e outros expedientes tem feito com que a folha salarial cresça menos que o faturamento das empresas. Ou apesar de todos saberem que a receita tributária do governo tem crescido a taxas muito maiores que a taxa de crescimento dos salários do funcionalismo público,

aceitem o remédio amargo da recessão e deixando à míngua esta expressiva parcela dos assalariados. Repito: nada disto interessa. Não interessam os fatos, as estatísticas mais elementares à disposição. Não interessa o beabá da teoria econômica, atropelada pelos argumentos governamentais.

O que interessa, isto sim, é remexer no baú das vulgaridades econômicas e espantar algumas idéias que, mesmo arcaicas, sempre impressionaram o cidadão mal informado. São idéias do senso comum, derivadas das sensações imediatas da administração orçamentária doméstica. E o senso comum não exige exatidão teórica. Requer, apenas, sensações e raciocínios difusos.

Delfim e o governo estão preparando o senso comum e a opinião pública para que

da inflação acelerada: cortes salariais, desemprego, queda vertiginosa do poder de compra dos assalariados. Esta a origem da campanha publicitária.

Um único probleminha persiste. Este misterioso senso comum dos cidadãos tem duas faces. Está, de um lado, aberto à aceitação de inúmeras vulgaridades pseudo-científicas. Mas está, de outro, atiladíssimo às sensações imediatas. E a grande sensação que domina este país e atazana a massa da população é a perda de poder aquisitivo dos salários. Isto incomoda, perturba, mata. Cria uma má vontade em relação ao governo. Cria, inclusive, anticorpos que passam a rejeitar e a tornar sem efeito a ação das seculares vulgaridades econômicas. “Poupança”, sacrifício, abnegação? Nada disto cola hoje em dia. E por este motivo irá por águas abaixo, sem nenhum resultado que não a irritação, a campanha preparatória da recessão.

O contraste com batalhas de outros tempos é notável. Em 1971, 72 e 73 os opositores esgrimiram contra o governo os dados referentes à concentração da renda no país. O debate refletiu o travado no terreno acadêmico, intensíssimo, entre economistas favoráveis ao governo e economistas contrários (com distintos graus de contrariedade, diga-se de passagem) à política econômica oficial. Participaram da controvérsia nomes graúdos, nada menos que Simonsen, Langoni e Delfim, entre outros, pelo lado do oficialismo. A batalha, embora academicamente ganha pela oposição, deu gosto. Durou um bom tempo, com argumentos pesados de lá e de cá. O governo naquela época erguia a cabeça apoiado no êxito de sua política de crescimento e enfrentava os opositores com a “teoria do bolo”, seria necessário fazer a renda crescer antes de distribuí-la. Afinal, não vivíamos o milagre?

O que vemos hoje é o contrário disto tudo. Os argumentos governamentais, medíocres. A campanha, ridicularizada até por empresários. A opinião pública, contrária. Em termos acadêmicos e políticos, na verdade, a luta foi fácil: as oposições tomaram a trincheira do inimigo com pouquíssimos tiros disparados. Ai da campanha da “poupança”. Ou, melhor pensando, ai de todos nós.

Anistia

Torturadores tornam-se heróis de guerra

Escândalo macabro!

Dez anos depois, Inês Etienne Romeu, ex-presa política, descobre e revela ao público um aparelho clandestino da repressão, em Petrópolis, onde esteve presa e foi torturada por 96 dias em 1971. A partir da identificação da casa por Inês e a imprensa, um a um foram surgindo os outros personagens da trama diabólica: o proprietário da casa, o inquilino da época, o médico que atendera a vítima nas seções de tortura, os chefes do DOI-CODI carioca que eram os comandantes diretos destas operações, generais de exército e ministros militares. Enfim, a rede completa do aparelho repressivo da ditadura foi se revelando com rapidez incrível, sob o impacto da inédita descoberta do aparelho clandestino e sua repercussão na opinião pública.

O impacto foi ainda maior, à luz da revelação refeita por Inês, das bárbaras torturas a que foi submetida e dos nomes de seus autores; e mais, segundo a ex-presa, pelo mesmo aparelho passaram também vários outros presos políticos, dados desde sempre como ignorados pelo governo e como "desaparecidos" pelos comitês de anistia.

De posse de tudo isso, várias entidades democráticas começaram a puxar o fio da meada, a OAB - Ordem dos Advogados do Brasil - à frente, iniciando investigações e dando entrada na justiça com processos contra os envolvidos.

Mas, de repente, na terça-feira da semana passada, os três ministros mili-

Ministros militares deixam cair a máscara, assumem as torturas, e vão às raías do cinismo defendendo os torturadores da ex-presa Inês Romeu Etienne como heróis de guerra intocáveis pela Justiça.



tares, subitamente vêm a público com notas oficiais também inéditas no seu conteúdo. Reconhecem os fatos, ainda que atribuindo a "notórios agitadores" a sua veiculação sob uma "versão deturpada". Em seguida, num tom ameaçador, sentenciam que a abertura não veio para que estas coisas sejam agora trazidas à tona.

Para, por fim, o escândalo: os "agentes da ordem 'agiram' legitimamente", com uma "dignidade insuperável", estão tão anistiados como suas vítimas, e sobre eles nenhuma investigação e muito menos punição se processará.

Desta vez, os ministros não negaram a existência da tortura, como de hábito.

Pois as provas e identificações são contundentes, e as investigações seguramente levantariam ainda muitas outras mais, envolvendo casos de desaparecimentos e altas patentes militares. Diante disso, os ministros não tiveram senão que apelar para o gesto cínico de transformar crimes contra a humanidade em atos de heroísmo de guerra, sob pena de terem que assistir o desnudamento do aparelho repressivo clandestino.

Servil como sempre, a imprensa "responsável" recuou no dia seguinte, às notas militares, restringindo o noticiário sobre as investigações e denúncias de Inês, e estampando editoriais onde, indiferenciadamente, afirmaram os vários órgãos: humanamente, a tortura é imperdoável; mas politicamente, no momento, não convém lembrá-la.

Acompanhada no mesó tom pela oposição moderada, de repente, o espaço criado para o curso das investigações viu-se subitamente restringido.

Agora, Inês e outros setores democráticos ainda prosseguem as investigações e denúncias. Mas, encontrando muito mais obstáculos e "conselhos" do que imaginaram no primeiro momento.

Porém, ainda que as coisas fiquem aonde estão, o saldo de tudo já foi grande e vitorioso: a abertura desmascarou-se mais uma vez, agora com doses de cinismo e hipocrisia nunca vistos, deixando claro sua essência profundamente ditatorial: o aparelho clandestino da repressão, a tortura e a morte enfim, são a menina intocável dos olhos do regime.

Aqueles que me torturaram Pontapés, choques, estrupos

"Meus carcereiros, conheci-os por codinomes. Posso reconhecê-los", afirma Inês em seu relatório. Aqui, os 20 torturadores.

"1. **Dr. Bruno** — baixo, meio gordo, tipo srio-libanês. Pareceu-me o oficial mais graduado do grupo (coronel). Defendeu tese na Escola Superior de Guerra, segundo me contou. É gaúcho. 2. **Dr. Pepe** — claro, cabelos e olhos castanhos, estatura mediana. É um homem inteligente, bem falante. Seu nome é Orlando Rangel, acho. Tenente-Coronel. 3. **Dr. Teixeira** — moreno claro, estatura mediana. É oficial. 4. **Dr. Roberto** — claro, cabelos pretos, estatura mediana, bigodes, marcas de ferimento à bala na perna. Seu nome é Capitão Freddie Perdigão Pereira, acredito. 5. **Dr. Guilherme** — baixo, magro. 6. **Dr. Carneiro** — é médico. Seu nome real é Dr. Lobo. 7. **Dr. César** — baixó, meio gordo. É oficial. 8. **Raul** — claro, estatura mediana, meio gordo. Participou de um tiroteio em Copacabana em 1970, contra Mariel Mariscot. Parece-me que seu nome é Severo. 9. **Márcio** — claro, cabelos castanhos anelados, gordo. 10. **Rui** — baixo, mulato. 11. **Pardal** — moreno, estatura mediana, pertence à PM. Seu nome real é Jarbas Fontes, acho. 12. **Camarão** — baixo, claro, natural do Ceará. Sua família reside em Fortaleza. Seu nome real é Wantuir ou Wantuil. É do Exército e fez parte da segurança pessoal do Presidente João Goulart. É uma espécie de caseiro do local, lá permanecendo

durante todo o tempo acompanhado por outro elemento (inicialmente foi o Raul, depois Pardal). É de baixa instrução. 13. **Mauro** — alto, claro, bigodes e cabelos pretos. Segundo Camarão, passou três anos em Cuba, a serviço dos órgãos de informação do Governo brasileiro, após 1964. 14. **Zé Gomes ou Zerão** — alto, mais de 1,90 m, mineiro, preto, ex-jogador da Seleção Mineira de Basquete, ocasião em que era sargento do Exército. Seu nome é Ubirajara. 15. **Laecato** — preto, alto (1,85 m), pouca instrução. Tem cicatrizes no peito. Tem quatro marcas de bala no corpo, do lado direito. Disse-me pertencer ao Esquadrão da Morte do Rio de Janeiro. Chama-se Rubens. 16. **Laurindo** — claro, baixo, é comissário de polícia de Petrópolis. Telefonavam para ele ligando para uma Delegacia e perguntando por Luiz ou Luizinho. Seu nome é Luis Cláudio Azeredo Viana. 17. **Marcelo** — moreno claro, estatura mediana, tem 28 anos, disse-me pertencer ao Exército. Prática alpinismo. Fez treinamento antiguerilha. Disse-me ainda ser parente do escritor Carlos Heitor Cony. 18. **Alan** — claro, cabelos pretos, 27 anos aproximadamente. Fez treinamento antiguerilha. 19. **André e Otávio** — brancos, estatura mediana. Idades entre 30 e 35 anos".

Os 96 dias vividos no interior da casa de Petrópolis, segundo relatório da própria Inês. Aqui, alguns trechos.

"Ainda durante a viagem, iniciou-se o interrogatório. Recebi todo o tipo de ameaça, inclusive a de que estava me reservado o mesmo tipo de tratamento dado pelo Esquadrão da Morte: sevícia e morte. Eu estava traumatizada e sentia dores fortíssimas em decorrência do atropelamento, além de um profundo sentimento de frustração por não ter morrido; temia não suportar as torturas.

Maior findo, houve uma radical mudança de comportamento: passaram a achar que eu mentia sobre o que lhes havia dito e, em consequência, torturaram-me quase que ininterruptamente. Quando não me submetiam a torturas físicas, destroçavam-me mentalmente. Nesta ocasião, aplicaram-me na veia uma droga qualquer, dizendo ser o soro da verdade. Senti o corpo entorpecido e não consegui manter os olhos abertos mas a mente permanecia lúcida.

Dr. Roberto, um dos mais brutais torturadores, arrastou-me pelo chão, segurando-me pelos cabelos. Depois, tentou estrangular-me e só me largou quando perdi os sentidos. Esbofetearam-me e deram-me pancadas na cabeça. Colocavam-me completamente nua, de madrugada, no cimento molhado, quando a temperatura estava baixíssima. Petrópolis é intensamente fria na época em que lá estive (oito de maio a onze de agosto). Fui várias vezes espancada e levava choques elétricos na cabeça, nos pés, nas mãos e nos seios.

Alguns dias após submetida a verdadeiro horror, apareceu o Dr. Teixeira, oferecendo-me uma saída "humana": o suicídio. Disse-me que eu tinha sido condenada à morte, mas ao invés de uma morte lenta nas mãos do Dr. Roberto, eu poderia dar cabo de minha vida. Aceitei e pedi um revólver pois já não suportava mais. Entretanto, Dr. Teixeira queria que o meu suicídio fosse público. Propos-me então que eu me atirasse debaixo de um ônibus, como já fizera. Concordei e no dia seguinte (sete de julho) fui levada para o local. No momento em que deveria atirar-me sob as rodas de um ônibus, agachei-me e segurei as pernas de um deles, chorando e gritando. Minha atitude começou a despertar a atenção de populares e imediatamente fui reconduzida para a casa. Por não ter me matado, fui violentamente castigada: uma semana de choques elétricos, banhos gelados de madrugada, "telefones", palmatórias. Espancaram-me no rosto, até ficar desfigurada. A qualquer hora do dia ou da noite sofria agressões físicas e morais. "Márcio" invadia minha cela para "examinar" meu ânus e verificar se "Camarão" havia praticado sodomia comigo. Este mesmo "Márcio" obrigou-me a segurar o seu pênis enquanto se contorcía obscenamente. Durante este período fui estuprada duas vezes por Camarão e era obrigada a limpar a cozinha completamente nua, ouvindo gracejos e obscenidades, os mais grosseiros."

"Vêm eles a público, agora, ... para incriminar os agentes da ordem, ... da paz e tranquilidade da família brasileira".

Passagem da nota do ministro do Exército

"... nossos combatentes se portaram com patriotismo, bravura e insuperável dignidade..."

Passagem da nota do ministro do Exército



Minas

Comitê das Oposições não é Comitê dos Conchavões



Ignácio: "nossa independência política é intocável"

Quais são os objetivos do Comitê Interpartidário e como ele vem trabalhando?

Na reunião do dia 10 de fevereiro, na sede do PT, foram tiradas as seguintes resoluções sobre os objetivos do Comitê:

1) esta união não significa nenhum compromisso quanto a candidaturas para as eleições de 1982 e cada partido poderá lançar seus candidatos que quiser; 3) no momento oportuno poderão ser feitas coligações ou procurar-se um nome comum que unifique as oposições; 4) a união se fará através de campanhas de luta comuns a todos os partidos que compõem o Comitê; 5) será elaborado um programa mínimo comum que oriente a luta das oposições.

O Comitê vai se reunir mensalmente, havendo rodízio de sedes entre os partidos e será Coordenador quem estiver sediando a reunião. Foi aceita a proposta do PT de que todas as reuniões sejam abertas à imprensa e a qualquer militante que queira participar, tendo direito de voz e voto apenas os representantes de cada partido.

— E quanto à participação do PTB?

— Na última reunião foi decidida a admissão do PTB como um dos integrantes do Comitê, mas com restrições, isto é, por unanimidade, todos os partidos presentes levantaram a desconfiança de que o

Desde o dia 12 de dezembro de 80, os partidos de oposição vêm se reunindo em Minas Gerais num Comitê Interpartidário, formado por representantes do PT, do PMDB, do PP e do PDT, uma iniciativa do PDT, através do deputado Genival Tourinho. Até agora, as atividades deste Comitê têm aparecido através da grande imprensa como um grande conchavo, um embrião de coligação para as eleições de 82, uma discussão de cúpulas para o lançamento de candidatos comuns etc, etc. Para esclarecer o que vem realmente pretendendo o Comitê Interpartidário e especialmente o que pretende o PT com sua participação, EM TEMPO ouviu o presidente da Comissão Provisória Estadual, Ignácio Hernandez, que representa o PT nas reuniões interpartidárias.

Da Sucursal

PTB realmente se coloque ao lado das oposições. Foi aceito então, desde que comprometesse a seguir o programa mínimo comum. Diante destas restrições, o PTB não entrou no Comitê e nem esteve presente ao Cômicio de Solidariedade ao Lula, promovido pelo Comitê.

— O que o PT pensa do Comitê interpartidário?

— O PT não arreda pé de suas posições de princípio. Considera que o essencial é a união pela base, isto é, uma união de massa de militantes de cada partido e não uma união de cúpulas. A união deve se dar tendo em vista não apenas as eleições de 82, mas desde já nas lutas de organização

das massas, criação de sindicatos, associações de bairro etc. Deixamos bem claro que jamais faremos uma coligação de cúpulas ou conchavos para indicar candidatos de outros partidos. Não se dará nem um passo decisivo sem consultar os núcleos e as Comissões Provisórias do interior.

O PT, em princípio, sairá com candidatos próprios a todos os cargos, de governador a vereador. Estamos abertos ao diálogo para criar um espírito novo, sem personalismos. No momento oportuno, poderemos indicar um nome comum, se isto for o maior benefício para a classe tra-

balhadora e as bases do partido estiverem de acordo.

— E como as bases poderão intervir na participação do PT no Comitê Interpartidário?

— Devido à importância do que está acontecendo e às deturpações e mentiras da grande imprensa, a Comissão Estadual Provisória do PT em Minas enviará ainda esta semana uma circular a todos os municípios do Estado tratando do histórico do Comitê Interpartidário, colocando em debate a posição assumida até agora pela Comissão Diretora e convocando uma reunião para o dia 5 de abril, para receber sugestões dos militantes de toda Minas Gerais. Esta circular será enviada também a todas as Comissões Estaduais e à Comissão Nacional. E de resto, já está aberto dentro do partido o debate sobre o processo eleitoral — critérios de escolha de candidatos, como deverá atuar um parlamentar eleito pelo PT, significado do parlamentarismo — e o PT agirá dentro do Comitê Interpartidário de acordo com estas discussões.



A partir desta edição EM TEMPO passará a publicar regularmente pequenas crônicas sobre a vida política nos núcleos do PT, nos seus mais variados aspectos. Muitos lances da vida no dia a dia nas bases do partido passarão a ser relatados aqui, no espírito de uma troca de experiência. Como em várias outras seções, aqui também EM TEMPO não apenas se abre como solicita colaborações de todos os petistas.

São Paulo/Zona Sul Retomando o pique

Sábado à noite, 20 horas, numa pequena sala onde funciona a sede do núcleo do Partido dos Trabalhadores no Grajaú, na zona sul da capital paulista, aconteceu a primeira reunião do ano.

O núcleo, contando com 38 militantes, 16 presentes nesta reunião, tem uma história de luta porque muitos de seus participantes nasceram do movimento dos favelados do bairro, atuando na comunidade religiosa. Mas o final de 80 foi um período difícil, o trabalho dispersou um pouco. Nesta reunião, uma expectativa de retomada e articulação melhor dos trabalhos do PT no bairro.

Pra começar, Luís apresentou o companheiro Josué, e Raimundo apresentou outro Raimundo, novos participantes do núcleo.

Primeiro ponto: o assunto da favela V. Nova Grajaú que se encontrava mobilizada pela instalação da Luz. Paulão e Antônio contam como foram e voltaram

da prefeitura, pressionando assistente social e Light, e como finalmente a luz foi liberada. A discussão era sobre a possibilidade de incluir a favela da rua 16 (composta de uma só rua) nesta instalação. Sr. Osmar não aceitou, dizendo que não adiantava que o povo da favela tava parado, que ele não queria começar tudo de novo e ficar sozinho na briga. Ninguém quer nada com nada na Rua 16, dizia. Mas o sr. Manoel insistia — e a turma dava força — pra reunir o pessoal e tentar, porque agora que a favela V. Nova Grajaú tava junto, era só engrossar. Se a Light chegava no Grajaú, porque não poderia instalar a luz em mais uma rua? Com a aceitação do sr. Osmar, marcou-se para domingo uma reunião na favela e uma comissão de pessoas pra dar uma força lá.

Em seguida, discutiu-se as reuniões convocadas pelo PT. O tesoureiro a postos, com suas anotações, prontificou-se para a reunião geral da tesouraria. Pra participar da discussão das lutas do Partido e da organização, foram eleitos os representantes Paulinho, Luiz e Eduardo.

Outra questão foi colocada pela com-

panheira Marta sobre o trabalho do grupo de mulheres. Elas se reúnem aos domingos à tarde, onde organizam um curso de culinária e discutem o problema da mulher, agora visando participar do Congresso da Mulher Paulista. "Pedimos aos

Sábado de noite, na periferia de São Paulo. Um núcleo do PT retoma suas atividades depois da parada do fim de ano. Na pauta: novos militantes, luta por luz no bairro, trabalho das mulheres, finanças, ato público etc. E a roda viva começa a girar...

companheiros que convidem suas mulheres, parentes e vizinhos pois a organização da mulher é importante", concluiu Roberto, ajudando Marta a explicar a questão. Sr. Osmar cai na risada perguntando o que é esse tal curso de culinária. Outro

reclama que a mulher sai e quem olha os filhos? Todos os homens riem, num reboliço, porque como é que é essa história de mulher vir pra reunião, ficar discutindo.

Cristina critica a gozação, diz que é importante. Todos num silêncio porque Marta botou a turma na parede dizendo que no dia do Congresso da Mulher seria organizada uma creche no bairro, com os filhos das mulheres participantes, e quem tomaria conta das crianças seriam os homens.

Agora em pauta a organização da participação do núcleo em 15 de fevereiro, no Ato público de São Bernardo. O novo companheiro Josué poderia alugar um ônibus mais barato. Combinou-se de convidar o núcleo de São José pra ir junto e rachar os gastos.

Em seguida, Miranda apresenta a situação financeira do núcleo, onde a arrecadação tá sendo a conta de pagar Cr\$ 3.500,00 do aluguel. Paulão — que viera na reunião preocupado principalmente com isto — explica a necessidade de todos colaborarem, com a cota mensal em dia, já que o PT vive desta contribuição, com a fonte de recursos do próprio povo.

Final da reunião, já são quase 22 horas. Eduardo informa que o jornal do núcleo sai na próxima semana. A roda dispersa. Alguns vão explicar para os novos integrantes como está o PT, a que se propõe. Alguns vão pra junto do tesoureiro, acertar suas contas.

(Samira Zaidan)



O debate sobre a Constituinte está pegando dentro do PT. Depois do texto divulgado pela direção nacional fundamentando sua posição contrária ao assumimento da bandeira, agora, um conjunto de militantes lança para a discussão um documento a favor entitulado "Pela Constituinte de Todo o Povo". E seus signatários são, dentre outros, Wanderley Farias de Souza, da Comissão Nacional do partido, Osmar Mendonça, suplente da comissão Nacional, Marcos Aurélio Ribeiro, líder da bancada do partido na Assembléia Legislativa paulista, Sérgio Santos, deputado estadual paulista, Alon Feuerwerk, ex-diretor da UNE e José Genoino Neto, ex-combatente na guerrilha do Araguaia. Dentro do debate que EM TEMPO vem suscitando e publicando sobre o tema, divulgamos agora os principais trechos do texto.

Unir as massas contra a ditadura

Por um coletivo de militantes do PT

O povo brasileiro, os operários, os camponeses, os estudantes, os intelectuais, os funcionários públicos, as donas de casa, os homens de farda que vivem do seu salário, sabem que este regime que governa o país não defende seus interesses. Fica cada vez mais evidente que o governo — e o regime que ele representa — defende os interesses do capital estrangeiro e dos grandes capitalistas brasileiros e se vale da ditadura para impôr seus interesses ao conjunto da sociedade. É profunda a separação no Brasil de hoje entre o povo e o governo. É imensa a indignação e revolta do povo contra a ditadura, contra o atual estado de coisas. Mas também é realidade que ainda não se criou, pelas forças democráticas e populares, um amplo e firme movimento político das massas que transforme a insatisfação e indignação popular numa força capaz de por fim a este regime (...)

Já não há mais o que falsear sobre a "abertura". Os fatos mostram a cada dia que a grande questão política que segue sendo colocada pela realidade brasileira é aquela que opõe a democracia à ditadura. A realidade vai deixando transparente que a democracia no Brasil só poderá existir através do poder das lutas de massas, pelo debilitamento do poder político da grande burguesia brasileira e estrangeira.

Os trabalhadores, as massas, já não acreditam neste governo. Agora precisam acreditar naquilo que vai jogá-lo por terra.



As massas já não acreditam neste governo; agora, precisam é acreditar naquilo que vai jogá-lo por terra.

É fundamental indicar para as massas, através de agitações, propagandas, mobilizações, a palavra de ordem política que significa o fim da opressão e da repressão. É preciso criar um movimento político objetivo para que as massas lutem pelo poder político. Este movimento se constrói no mesmo processo em que as massas se educam e se organizam, no mesmo processo em que as massas passam a acreditar que é possível substituir este governo, no mesmo processo em que as massas adquirem a idéia fundamental do confronto político.

Aos milhões e milhões de brasileiros indignados e revoltados com a miséria e a opressão, o PT deve apresentar a bandeira da Assembléia Constituinte de todo o povo, livre, democrática e soberana.

Apresentar a palavra de ordem política da Constituinte e lutar para que em torno a ela se crie um amplo movimento de massas que ponha fim à atual situação (...)

A luta pela liberdade sindical, a luta contra os aparatos repressivos paralelos, contra toda legislação de exceção, a luta por melhores salários e melhores condi-



As lutas parciais isoladas terminam por dispersar as forças acumuladas na medida em que não direcionam a ação das massas para o fim da ditadura.

ções de vida são fundamentais e nosso partido deve travá-las e estar à frente delas. Essas lutas abrem caminho para vitórias parciais que representarão desafogos na atual situação de miséria e de opressão dos trabalhadores. Entretanto, essas lutas parciais, quando desenvolvidas sem relação com a luta política principal que questiona diretamente o poder, podem levar a dois becos sem saída. De um lado a dispersão das forças acumuladas, na medida em que não direcionam o movimento e a ação das massas para o fim da ditadura. De outro, na medida em que essas lutas parciais não vem acompanhadas da luta pelo poder, adquirem um caráter reformador do regime, pois, ainda que toquem alguns dos mais importantes mecanismos da dominação ditatorial, não atingem globalmente e nem rompem com seus alicerces fundamentais (...)

Não há antagonismo entre as lutas políticas parciais e a luta política principal pela Assembléia Constituinte de todo o povo. Ao contrário. As primeiras são a própria base para o surgimento de um amplo e firme movimento pela Constituinte. Elas são a base sobre a qual devemos desenvolver a propaganda, a agitação e a mobilização em torno a luta política principal, a luta pela Constituinte. Nos argumentos contra a Constituinte e favoráveis apenas às lutas específicas, graduais e isoladas, se dilui a necessidade de que as massas tem, de lutar pelo poder, se dilui o papel dos trabalhadores e seu objetivo político final, a conquista do poder político, em lutas importantes mas que não implicam o fim da ditadura. Aqueles que dizem que a Constituinte é uma forma de conciliação com o regime, não só dão provas de um profundo desconhecimento quanto ao processo político em curso no Brasil como, ao contraporem a Constituinte às lutas específicas, apostam no atropelamento das massas e o cultivam. Se os trabalhadores hoje ainda não assumem a

luta política em sua plenitude, isso não é uma virtude, mas o resultado de 16 anos de intensa repressão e despolitização que começam a ser rompidos e que exatamente por isso a questão do poder deve ser colocada desde já (...)

O PT tem diante de si duas propostas. Uma que coloca que antes de derrubar a ditadura não podemos lutar por nada que, questionando o poder, ponha fim ao regime. A outra que, partindo das lutas concretas, das lutas políticas parciais, apresenta a palavra de ordem, a proposta política que questiona globalmente o regime e coloca a questão do poder desde já. Esta é a proposta da Constituinte de todo o povo. Tal Constituinte é antagônica com os interesses do regime e dela as classes dominantes fogem como o diabo foge da cruz. É perde noites de sono para maquirar manobras capazes de impedir sua derrota nas eleições de 82. Um governo que age assim, um governo cuja debilidade política vem se agravando, que nas mais mezinhas questões democráticas age arbitrária e violentamente, não irá, seguramente, expor-se ao risco de enfrentar um amplo e firme movimento pela Constituinte de todo o povo, livre, democrática e soberana. Política se faz com os fatos e não com elocubrações e fantasias.

Temos consciência de que a Constituinte de todo o povo não é uma palavra mágica e que bastará o PT adotá-la para as massas se porem imediatamente em ação. Sabemos das dificuldades que en-



É uma ilusão achar que o governo guarda nas mangas a proposta da Constituinte.

frentamos para que as massas se convençam da necessidade de mergulharem profundamente na ação e na luta política. Elas não o farão sem um trabalho de explicação paciente e firme para mostrar que sem assumir a luta política, sem por fim neste regime, sem lutar por uma Constituinte de todo o povo que crie um novo poder, elas não resolverão o problema da fome, do salário e outros que tanto lhes angustiam.

Neste momento os esforços do Partido dos Trabalhadores para somar e ampliar as forças pela Constituinte de todo o povo consiste em divulgá-la ao máximo, levando-a para as entidades de classe, para os sindicatos, associações, locais de trabalho, escolas, para o campesinato, para o par-

lamento e partidos políticos de oposição e outras entidades democráticas (...)

Agora que se aprofunda a crise do regime e se abre um período extraordinário para o avanço e ampliação das lutas de massas, o PT deve colocar com firmeza e convicção a necessidade da conquista de uma Assembléia Constituinte de todo o



Sem a Constituinte os trabalhadores acabarão entregando a direção da luta democrática aos liberais.

povo, livre democrática e soberana. O PT deve ir não só aos trabalhadores mas também procurar todos os partidos e forças de oposição em busca de uma ação unitária pela Constituinte de todo o povo. Não há porque temer que os trabalhadores percam sua independência política ao ter uma ação comum com outros setores da oposição. Alguns acreditam que pelo fato dos liberais burgueses estarem propondo também a democracia, pode-se comprometer a independência política dos trabalhadores se estes caminharem junto com aqueles. Este pensamento resulta, na prática, justamente naquilo que ele combate. Ao não participar junto com todas as forças sociais interessadas na democracia, assumindo a luta política que coloca a questão do poder — a luta pela Constituinte de todo o povo — os trabalhadores entregam a direção política aos "temidos" liberais e não se educam para a luta política e nem agudizam sua consciência democrática (...)

Face a tudo que foi exposto, ter como questão de princípio ou como centro da discussão da Constituinte quem irá convocá-la é, no mínimo, colocar o carro na frente dos bois. Se for assegurada a mais ampla liberdade de agitação no processo da Constituinte e esta liberdade só pode ser garantida pelas organizações de massa e pelos partidos democráticos e populares, quem convocar a Constituinte terá de, obviamente, expressar os interesses daquelas forças políticas que estiverem melhor organizadas e que forem capazes de mobilizar e dirigir os demais setores políticos. Ao Partido dos Trabalhadores não compete ter uma posição defensiva e equivocada quanto a Constituinte, dizendo que se ela vier vai ver como dela participará. Ao contrário, desde agora devemos assumi-la com firmeza e convicção como a nossa principal bandeira política na luta pelo fim da ditadura.

O PT e as correntes políticas de esquerda

O fundamental é garantir a democracia interna

Por Paulo Moreira Leite (*)

O companheiro Apolônio de Carvalho lança um desafio: como realizar a democracia dentro do PT. Não se trata de uma discussão muito simples. Durante décadas, os trabalhadores — organizados ou não em correntes políticas — jamais puderam viver uma experiência semelhante: construir um partido operário de massas e legal.

Dentro do PT, a democracia é uma necessidade primeira. Pretendemos construir um partido que não se limite a lançar candidatos durante as eleições — mas que seja capaz de organizar dezenas e até centenas de milhares de trabalhadores em seu interior. Também queremos o melhor programa para o PT — mas sabemos que o projeto mais que perfeito para os problemas da nação será um amontoado de propostas inúteis se o partido não for capaz de se engajar a fundo nas lutas concretas dos trabalhadores e de todo o povo explorado.

Ora, para conquistarmos e mantermos milhares de trabalhadores, de jovens, de donas-de-casa da periferia, em nossas fileiras, para que possamos responder efetivamente às lutas e problemas que afetam a população, é necessário que o PT seja um partido profundamente democrático. Um partido com a democracia possível e necessária dos núcleos de base, onde todos os militantes e cada militante pode discutir, deliberar e agir em seu nível. Um partido que combine a construção de núcleos com a formação dos diretórios, a filiação massiva com a organização massiva, a legalização com a organização dos trabalhadores.

O PT não quer a democracia interna apenas porque seus militantes sejam democratas. O PT quer a democracia porque ela é necessária para sua construção, para a sua afirmação como partido dos trabalhadores. É dentro deste quadro que se deve discutir o lugar e o papel das correntes políticas dentro do partido.

Dentro do PT existem e convivem diversas correntes políticas, tanto as formais como as informais. Não é apenas natural que seja assim — pois a tarefa de se engajar na construção de um partido de classe e de massas, no Brasil, não deveria ser mais do que a obrigação de todos aqueles grupos, organizações e outras entidades que buscam se ligar às lutas e à tradição do movimento operário. Também é importante, para a construção do próprio PT, que exista este convívio.

Nos partidos políticos burgueses, as divergências políticas são transformadas em tramóias e trambiques negociados à margem das bases. Isso acontece mesmo naqueles partidos que contam com a presença, em seu interior, de organizações e correntes que se reivindicam do movimento operário. Não por acaso, o máximo que tais partidos conseguem fazer é lançar candidatos e concorrer em eleições — tratando o conjunto de seus eleitores e filiados como simples massa de manobra, excluída para todo o sempre de qualquer discussão política.

Nem Apolônio nem ninguém deseja um PT assim. Por isso, o convívio e a franca discussão entre as correntes políticas engajadas na construção do partido é uma conquista de todos os militantes — que desse modo podem participar, em todos os níveis, deste esforço imenso que representa a construção de um partido operário no Brasil.

(*) Paulo Moreira Leite é diretor do jornal O Trabalho e militante do PT paulista.



Fora do PT, pelo "verdadeiro" partido?

O PT, em diversos Estados do Nordeste, passa por uma crise. Alguns militantes foram expulsos em Pernambuco; outros se desligaram do partido no Rio Grande do Norte e na Paraíba. Todos anunciaram seu ingresso no PMDB, que consideram "uma frente democrática", estruturada segundo o princípio da "unidade das oposições" ou "unidade das forças democráticas". Os militantes que deixaram o PT no Rio Grande do Norte o fizeram com um manifesto que foi divulgado no jornal Movimento nº 294.

Segundo esse manifesto, os novos peemedebistas pretendem que a razão básica da sua saída do PT é a recusa deste em empunhar a bandeira da Constituinte, e o fato de se caracterizar como "uma frente muito estreita".

Na verdade, o buraco é mais embaixo. A defesa da Constituinte (correta, na nossa opinião) é por eles usada para mascarar divergências bem mais importantes.

Em primeiro lugar, os novos peemedebistas mostram o seu sectarismo quando dizem que "rompemos com o Partido dos Trabalhadores porque não queremos ser cúmplices de mais um engano para as massas trabalhadoras, porque acreditamos que o verdadeiro partido da classe operária nascerá com um programa claro e definido capaz de ser o guia para levá-la a vitória final sobre os exploradores". Evidentemente, não falamos aqui do PMDB, mas fazemos a defesa de uma concepção estreita de construção de um partido operário. Esta concepção, que pretensamente se baseia na teoria leninista, na verdade deve sua origem às práticas burocráticas e monolíticas do stalinismo.

Com esta concepção de construção do "verdadeiro" partido (o único?), só sobraria ao PT ser uma "frente", ou como dizem outros, "um partido tático".

E ainda há outra divergência não menos importante: os novos peemedebistas (novos?) são frontalmente contrários à independência política dos trabalhadores com relação à burguesia, o que fica claro na sua defesa da "frente de oposições" e do PMDB. Ora, a independência política dos trabalhadores (que não exclui acordos eventuais com partidos burgueses, por exemplo na luta pela anistia, etc) é outra posição básica do PT.

Com divergências tão profundas, como esses companheiros vieram a estar no PT? Não há mistério. Ingressaram no PT em um momento em que este sofria uma forte pressão para se transformar em uma "frente popular", depois que o projeto do "partido popular" (o outro, não o do Tancredo) fracassou e muitos dos seus defensores vieram apostar no PT.

A causa fundamental da saída destes companheiros não são então as ambiguidades e atrasos do PT em assumir uma tática clara de luta contra a ditadura, que corretamente criticam. Mas sim os passos que o PT tem dado no sentido de reafirmar seu caráter de partido (que conta, naturalmente, com diversas correntes no seu interior), e de trabalhadores — isto é, que expressa a aspiração da independência política da classe operária.

(João Machado)

As razões do companheiro Apolônio

Por Eder Sader (*)

O texto do companheiro Apolônio sobre o "PT e as demais correntes políticas de esquerda" certamente contém várias imprecisões. Seria possível uma análise dessas sem especificar as diferenças entre as diversas correntes? Mas, apesar disso, ele é extremamente oportuno pelos problemas que coloca. Tem o mérito de colocar em alto nível e abertamente problemas espinhosos que são comentados fora das reuniões. Trata-se de uma discussão fundamental que só não é aprofundada devido ao obscurantismo da repressão que reina no país e reserva para a clandestinidade uma faixa importante da realidade.

Relações entre "esquerda" e PT são relações delicadas, já se sabe. Apolônio afirma que o PT surge em boa medida à margem do contexto da esquerda. Já José Dirceu observa que o surgimento do PT tem muito a ver com a própria crise da esquerda. É verdade que incontáveis militantes de esquerda contribuíram e contribuem para o movimento operário e popular que temos hoje no país. Mas não é menos certo que eles o fizeram — quando o fizeram — à margem das elocubrações estratégicas e táticas que nos absorveram na década passada. Ai tem toda razão a afirmação de Apolônio. E a existência do PT enquanto espaço aberto para que lideranças que estão se formando nas periferias, nas fábricas, nos campos, adentrem no campo da política, é uma criação estranha às práticas tradicionais de toda a nossa esquerda. Aqui há uma auto-crítica profunda a ser feita e a ser feita na própria prática.

Em certo sentido o PT oferece o campo para isso. Muitos podem dizer que a própria adesão ao PT é prova de que a maioria das correntes de esquerda das duas últimas décadas substituiu suas pretensões a ser "o núcleo do verdadeiro partido revolucionário" por uma atitude algo mais modesta. Em muitos casos isso é certo. Mas tenho dúvidas de que sejam a maioria.

Tem razão uma vez mais o companheiro Apolônio quando se refere à "aceitação apenas formal do PT como partido político de massas". Em quantos lugares a militância de base do PT assiste perplexa aos conflitos, acertos e acordos feitos atrás das instâncias formais do partido por tendências que o encaram como uma bela frente política? Diante da realidade inegável do PT, até mesmo grupos que até ante-ontem o consideravam expressão de sindicalismo social-democrata, hoje empunham a sua bandeira mas prosseguem no seu interior a mesma pugna sectária.

Temos, todos nós, muito que aprender numa nova prática a ser criada e desenvolvida no partido. Mas para isso é preciso abolir esse costume de vir com as fórmulas feitas para conseguir aprová-las num partido transformado em arena de luta entre tendências cristalizadas.

Temos que ter consciência de que a grande esperança criada com a constituição do PT está hoje num impasse. A proposta do PT como um partido democrático, de massa e de luta ainda não ganhou corpo. E para fazê-lo é necessário que empenhemos todos os nossos esforços para incorporar a rica experiência dos movimentos populares, para elaborar com eles propostas de luta, a partir da análise da situação concreta, realizada com o conhecimento e a experiência de cada um dos milhares de militantes. Isso é assumir o partido por inteiro. E não ver nele o campo privilegiado no qual um punhado auto-selecionado de "verdadeiros comunistas" realizem uma nova tentativa de "libertar o povo". Nem um punhado de políticos profissionais, deputados, intelectuais ou quaisquer outros "agentes". Porque, evidentemente não são só nas "correntes de esquerda" que se abrigam essas tendências. Mas há que vê-las com naturalidade, fruto de nossa realidade. Sua superação se dará na política viva. Na qual todos aqueles que acumularam maior experiência e formulam propostas concretas para os movimentos se empenhem em levá-las para uma discussão aberta onde todos terão sua palavra.

(*) Eder Sader é professor e militante do PT paulista.

Estudantes



Ou os estudantes seguraram as anuidades ou elas acabarão com os estudantes

O arrocho nas escolas Ninguém agüenta mais

Matrículas escorchantes de até Cr\$ 45.000; evasão escolar nas universidades chega a 30% sob preço dos custos absurdos; um mercado de trabalho onde reina o desemprego até mesmo para profissões antes tão procuradas como os engenheiros.

No final dos anos 60 e meados dos anos 70, a classe média brasileira encontrou na formação superior a fórmula mágica de sua ascensão social e econômica. Cursos superiores, em especial particulares, expandiram-se pelo país, e após formado, o universitário encontrava um mercado de trabalho aberto, onde conseguir um emprego era algo quase automático.

Hoje, outra realidade. Com a crise econômica cada vez mais aguda, os setores médios são compulsoriamente levados a abandonar a universidade como seu caminho de "subir na vida". Aliada a isto, está viva a própria problemática da universidade brasileira: a deterioração em todos os níveis do ensino.

Embora com apenas uma mostra parcial do problema, já é possível constatar um abandono pelos estudantes das já famosas "empresas de ensino", as escolas particulares, responsáveis pela formação da grande maioria dos universitários do país. No estado de Minas Gerais, por exemplo, a mensalidade mais baixa cobrada nestas escolas é de Cr\$ 3.800 e a mais cara é de Cr\$ 12.500, tornando-se, para muitos impossível continuar cursando estas escolas. Em agosto do ano passado, na UNIMEP, localizada em Piracicaba, interior paulista, mil estudantes não puderam se matricular por impossibilidade financeira de arcarem com a mensalidade cobrada.

Em Belo Horizonte, o Instituto Newton Paiva esperava para o vestibular de 1981 cerca de 3.800 candidatos para a disputa de 800 vagas, mas se inscreveram apenas 1300. A mensalidade cobrada no Instituto para os cursos de Ciências Humanas é de Cr\$ 4.900. Para preencher as 60 vagas oferecidas pela Escola Superior de Agrimensura de Minas, compareceram apenas 300 candidatos, quando se esperava cerca de 600. Já na Universidade Católica de Minas não se registrou taxa de crescimento, permanecendo o número de inscritos igual ao vestibular do ano passado, embora tenham aumentado as vagas para os cursos da área tecnológica. Na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o índice de candidatos foi o mesmo que no vestibular de 1980.

Ainda sobre a taxa de evasão nas escolas particulares, calcula-se que no Estado de São Paulo ela esteja na casa dos 30%. Na UCMG, em agosto de 79, 2,5% dos 12 mil alunos não renovaram suas matrículas. Já em agosto de 80, esta elevou-se para 10%, cerca de 1500 alunos.

As razões desta evasão estão presas acima de tudo ao desemprego hoje existente para os técnicos de cursos universitários desta forma é um investimento muito caro a sua formação. Em São Paulo, maior polo industrial do país, a taxa de desemprego de engenheiros é de 25%, onde 12 mil e 800 deles estão desempregados. Segundo dados da Associação Brasileira de Ensino de Engenharia, ABENGE, nos próximos cinco anos haverá 1084 novos profissionais na engenharia de minas na praça, mas as previsões de vagas para este período apontam que apenas 77 serão absorvidos pelo mercado. Para os demais resta o subemprego ou mesmo a mudança de profissão. O que ocorre na área de engenharia não é uma exceção à regra, mas a regra geral da maioria dos cursos, como comunicação social, arquitetura etc.

Se por um lado, é concreto o problema do desemprego, por outro, os estudantes universitários deparam também com a própria formação acadêmica: a precariedade dos cursos oferecidos e o alto preço que se paga por este ensino. Na maioria das escolas particulares o aumento das mensalidades rondou a casa dos 50%, embora o MEC autorize um aumento de 39,4%. A grande maioria das escolas entretanto, pedem defazagem (liberação p/ aumentar as anuidades), junto ao Conselho Federal de Educação, justificando que com apenas o aumento oficial o funcionamento das instituições está comprometido. Na realidade, o índice do MEC é apenas algo de fachada, e nunca real. Na UCMG por exemplo, no último ano, as mensalidades tiveram, de forma escalonada, um aumento superior a 100%. Custear seus próprios estudos anda nos dias de hoje tão difícil que os alunos da FMU-FIAM-São Paulo, recorreram a bancos particulares para pagarem a pouco despresível matrícula de Cr\$ 45.000 neste início de ano.

7º CONEG decide: Estudantes vão à greve geral

Cumprindo apenas o primeiro ponto de sua pauta — a discussão de lutas educacionais — realizou-se neste último fim de semana, em Curitiba, o maior CONEG — Conselho Nacional de Entidades Gerais — já reunido, com 76 UEEs e DCEs presentes. A razão dos debates terem se concentrado apenas no ponto de lutas educacionais é resultado da discussão sobre a proposta de greve geral lançada desde o ano passado no 32º Congresso, assumida em seguida pela diretoria da UNE, e que começou a polarizar o movimento estudantil nesta entrada de semestre.

Este 7º CONEG significou também uma profunda modificação nas condições de luta interna, na própria correlação de forças dentro do movimento estudantil nacional. A nova diretoria da UNE, ao contrário da passada, apesar da sua estreita base de sustentação (apenas 27 entidades gerais), apresentou-se bastante homogênea e firme em suas propostas e intervenções. Desde o impedimento absurdo de que a UNATE — União Nacional dos Trabalhadores no Ensino não se manifestasse na abertura do CONEG, passando pelas suas avaliações e propostas para o movimento, a diretoria apresentou uma relativa coesão. As posições mais combativas, apesar de um significativo crescimento, se mostraram ainda débeis no sentido de estabelecer um polo alternativo mais amplo no movimento estudantil nacional. De tudo isto, o que resulta é um CONEG extremamente polarizado, dividido, com uma demarcação muito clara de campos entre todas as posições.

No campo das propostas foi elaborada uma pauta de reivindicações (ver abaixo) baseada nas deliberações do Congresso da UNE, que será enviada ao MEC nesta sexta-feira.

Aqui é importante ressaltar uma questão. A diretoria da UNE propôs que o CONEG modificasse uma das reivindicações aprovadas no Congresso de Piracicaba. Tal reivindicação (subsídios para as escolas particulares sem fins lucrativos, com abertura dos livros-caixa, e controle da aplicação pela comunidade universitária, além da federalização das escolas falidas) foi reduzida a apenas um ponto: subsídios para todas as escolas particulares. A diretoria da UEE-MG sustentava que nem a diretoria, nem o CONEG, poderiam modificar uma decisão assumida pela instância mais democrática da UNE, o seu Congresso. Entretanto, por 41 votos a 21, o CONEG se posicionou favorável à proposta da UNE.

Nas discussões sobre o posicionamento do 7º CONEG em relação às formas de lutas a acionar contra os aumentos das anuidades e o estrangulamento financeiro das universidades federais, a diretoria da UNE foi obrigada a recuar nas suas propostas anteriores.

Nos CEEs — Conselhos Estaduais de Entidades — de Minas, Rio e São Paulo a diretoria sustentou que este CONEG de Curitiba deveria deflagrar (e não apenas propor) a greve nacional para o dia 2 de abril, sem qualquer instância mais ampla de discussão e avaliação durante o período de aulas. Por esmagadora maioria, as entidades agora presentes se posicionaram contra.

A UEE-MG defendia que a greve fosse discutida e aprovada a partir de assembleias gerais por curso em todo país, convocadas pela UNE. Posteriormente seria realizado um CONEG — Conselho Nacional de Entidades de Base — onde a posição assumida pelos estudantes nas assembleias seria discutida e, caso aprovada, a greve seria deflagrada. Estranhamente, apesar de aprovado por consenso a proposta de que a greve só seria deflagrada após discussão e deliberação pelos estudantes em suas assembleias, a instância aprovada para unificar e deflagrar a greve é um novo CONEG a ser realizado nos dias 4 e 5 de abril em Brasília. Ficam assim excluídos do processo e da possibilidade de intervir diretamente, sobre os destinos do movimento, milhares de estudantes de pequenas escolas particulares, onde não existem entidades gerais.

As reivindicações ao MEC

- 39,4% e nenhum centavo a mais em 81;
- Suplementação de verbas nas escolas públicas;
- 12% do orçamento da União para a educação;
- Subsídios para as escolas particulares;
- Eleições diretas para todos os cargos de direção;
- Mínimo de 1/5 de participação nos órgãos colegiados;
- Anistia ao Crédito Educativo com sua transformação em bolsas não reembolsáveis, reajuste ao maior salário mínimo nacional;
- Fim do jubramento;
- Reconhecimento da UNE-UEEs e demais entidades estudantis.

Docentes Criada entidade nacional

A greve das universidades federais autárquicas no final do ano passado deu os retoques finais para a concretização de um passo adiante no movimento dos professores universitários no país: colocou na ordem do dia a necessidade de criação de uma entidade nacional de docentes.

Para isso, professores de todo país estão reunidos esta semana em Campinas, mas não só para discutir a criação dessa entidade, como para debater assuntos gerais de interesse da categoria, tais como a democratização da universidade, a melhoria das condições de ensino na rede pública e privada, campanhas salariais, etc.

Ao que tudo indica, as grandes polêmicas do Congresso correrão por conta da estrutura da

entidade (federação de associações versus união de professores) e da filiação (se via associações por universidades ou individual), já que a proposta de adiar a criação da entidade parece amplamente minoritária no interior do movimento.

Além dessas questões, no Congresso será também definida a direção provisória da entidade e as tarefas a serem desempenhadas até a eleição da Diretoria definitiva em um novo Congresso. A gestão desta Diretoria provisória seria marcada pelo encaminhamento das lutas da categoria durante sua vigência e pelo aprofundamento do debate sobre as questões de estatuto e de programa da entidade, é ao que tudo indica a posição que prevalece entre os delegados ao Congresso.

Sindical

Por Vilma Amaro

Depois de transformar o episódio de nomeação de uma Junta Governativa para os Sindicatos dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Santo André, numa novela de vários capítulos, pois desde agosto do ano passado, vinha prometendo encerrar o mandato dos interventores, o ministro Murilo Macedo pôs fim ao suspense na quinta-feira, 12. E, ao final, depois de tantas marchas e contra marchas — muita gente pensava que ele estaria preparando mais um golpe para tentar liquidar a liderança combativa dos metalúrgicos, especialmente em São Bernardo do Campo.

No entanto, quando os ex-diretores do Sindicato tomaram conhecimento dos nomes dos integrantes da Junta a surpresa foi enorme. Com exceção de um — Antonio Fernandes Martins — cujo passado não conheciam — os demais apresentavam uma tradição de luta e uma folha de serviços em defesa da categoria metalúrgica. O alívio maior para os trabalhadores veio na sexta-feira, 13, quando o ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de SBC e Diadema, Luis Inácio da Silva, ao desembarcar no aeroporto de Congonhas foi logo afirmando que “pelo menos parte dos integrantes da Junta merecem nosso respeito e consideração por seu passado de luta”, e solicitou aos trabalhadores um voto de confiança a esses companheiros. Ao contrário da situação de Santo André, onde as relações entre os ex-dirigentes cassados e a Junta é bastante conflitiva. Nesse mesmo dia, em entrevista à imprensa e, posteriormente, na Assembléia realizada na Praça da Matriz, em SBC, Lula voltaria a repetir que havia elementos combativos integrando a Junta e que conversaria com esses companheiros, para solicitar o Sin-

Afonso Monteiro da Cruz, presidente da Junta nomeada para São Bernardo em sua primeira entrevista aos repórteres deixou clara sua intenção: “o sindicato está aberto à categoria, e como Lula é metalúrgico eu aceito a sua liderança”... A conclusão é óbvia.

dicato e transformá-lo novamente num instrumento de luta da categoria.

Se o ministro preparava um golpe contra a categoria, deu murro em ponta de faca. Embora o episódio da escolha desses nomes para a Junta ainda esteja meio nebuloso (diz-se até que ele andou lendo os currículos de todos os operários-padrões do ABC), o certo é que a força da liderança de toda ex-diretoria do Sindicato, particularmente de Lula, sobre a categoria metalúrgica deve tê-lo obrigado a recuar.

A terceira surpresa causada pela Junta veio na segunda-feira 16, dia da posse (numa cerimônia simples, em que o interventor Oswaldo Pereira D'Aguiar Baptista leu sua mensagem de despedida, meio constrangido). Os cinco integrantes lançam um combativo manifesto à categoria e à opinião pública, advertindo que até mesmo poderiam ser destituídos pelo ministro, por sua atuação frente à campanha salarial (conforme indicam no item 2 de seus objetivos. A íntegra do documento é reproduzida abaixo.)

Afonso Monteiro da Cruz, em sua primeira entrevista aos repórteres deixou clara sua intenção: “o Sindicato está aberto a categoria e como Lula é metalúrgico — eu aceito a sua liderança”... a conclusão é óbvia. Outras de suas frases: “a greve é o último recurso de uma categoria, mas se os trabalhadores assim decidirem, nós vamos assumir”, “acataremos tudo o que a assembléia decidir, pois ela é soberana”, “se os trabalhadores elegerem uma comissão para negociar, nós acataremos a decisão”, “não estou aqui para assumir a liderança de Lula, nem para disputar essa liderança com o ex-presidente “e” a Lei de Segurança Nacional significa a ingerência de um país estrangeiro dentro de nossa Pátria”.

Isto é, o Sindicato a partir do dia 16, mesmo sob comando de uma Junta interventora (aliás, seus integrantes recusam esse nome, preferindo chamar-se de “a diretoria”, embora admitindo que não tenham sido eleitos), voltou às mãos da categoria. Isto não quer dizer, como deixaram claro Lula e os demais ex-diretores do Sindicato, que a intervenção acabou. Aliás, afirmou Lula, nem com a diretoria eleita, a intervenção acaba, pois será sempre uma espada apontada para a cabeça do trabalhador. O objetivo deveria ser derrubar a legislação que possibilita esse arbítrio.

Para os ex-diretores do Sindicato (que aliás não estiveram presentes à cerimônia de posse da Junta), seus integrantes são bons companheiros, mas isso não desfaz o fato de serem também um Junta Interventora.

Gilson Correia de Menezes, presidente do Fundo de Greve, afirmou que a Junta é integrada por bons companheiros “mas é um prolongamento da intervenção”. afirmou que a ex-diretoria está disposta a se unir a eles, se estiverem dispostos a lutar pela categoria.

A posição da ex-diretoria do Sindicato de SBC foi também anunciada em um manifesto divulgado no sábado, dia 14. No documento, a ex-diretoria afirma que “interventor e Junta são filhos da mesma legislação fascista que regula a vida sindical do país. A Junta, portanto, apesar de contar com companheiros de ótimo passado sindical, ainda não representa a normalização da vida sindical entre nós, como insinuou o ministro do Trabalho”. E em outro trecho concluem: “Com Junta ou sem Junta, vamos continuar nosso trabalho, com mais força e garra”.

“Os companheiros merecem voto de confiança”

É o aval dos ex-dirigentes do Sindicato de São Bernardo à maioria dos membros da Junta. Aqui um perfil biográfico dos cinco trabalhadores agora nomeados.

Afonso Monteiro da Cruz, presidente da Junta, foi presidente do mesmo Sindicato de 1965 a 1969, depois de um período de intervenção. Afonso tem 44 anos e trabalha na Scania, desde 1960. Natural de Salgueiro, Pernambuco, ele veio ainda garoto para o interior de São Paulo (Panorama), transferindo-se pouco depois para o ABC onde começou como ajudante de sapateiro, em São Caetano. Antes de se lançar como presidente do Sindicato, em 1965, foi militante da JOC - Juventude Operária Católica e, por volta de 1967, entrou para o MDB (hoje não é filiado a nenhum partido). Afonso diz ter sido procurado pelo assessor do ministro do Trabalho, Alencar Rossi, para assumir a Junta e aceitar o cargo, depois de conhecer os nomes dos demais companheiros e de conversar com outros trabalhadores.

João Justino de Oliveira - (Janjão) veio de Pernambuco e começou trabalhando na Brastemp. Em 1960 entrou na Ford onde está até hoje. Em 1962 já atuava na oposição sindical e em 1965 foi vice-presidente do Sindicato até 1969. De 1969 a 1973 fez parte do Conselho Fiscal do Sindicato na gestão de Paulo Vidal e continuou na gestão de Lula na mesma função.

Acredita firmemente na vanguarda que representam os trabalhadores de São Bernardo para a classe trabalhadora brasileira e disse que assumiu o cargo na Junta, para que o Sindicato não caísse em mãos de estranhos. Sobre a Lei de Segurança declarou: “ela não me permite falar”.

Antonio Fernandes Martins — Tem 27 anos e foi operário — padrão da Brastemp, em 1980, o que lhe valeu de Lula um puxão de orelhas na assembléia do último dia 13: “esse cara deve ser um puxa-saco”. Muito encabulado, ele diz que não é bem assim, pois até ficou 41 dias parado, durante a greve do ano passado. Com certa inocência diz que foi escolhido para operário-padrão entre 5.600 trabalhadores e depois foi selecionado entre 32, porque é muito dedicado a empresa. Em sete anos de Brastemp, só faltou uma vez. Antonio é natural de Palmatal de Datas, Minas Gerais, onde trabalhou inicialmente como minerador. Está em São Bernardo do Campo há 10 anos e antes trabalhou na Carfrize Duora.

Diz que assumiu o cargo para colaborar com os metalúrgicos, mas só depois de consultar seus companheiros. Outro fato que o atraiu: a garantia de emprego,

durante o período de intervenção. Antonio é operador de máquinas e ganha 19.500 cruzeiros por mês.

Os outros dois membros da Junta são aposentados:

Honório Mauricio do Nascimento. Tem 61 anos, há 30 anos morando no ABC. É natural de Surubim, Pernambuco, e até a adolescência trabalhava na roça. Antes de se aposentar trabalhava na Willys Overland. Começou sua atividade sindical em Santo André e, em 1957, foi um dos fundadores do Sindicato de SBC. Honório diz que a greve decretada o ano passado foi correta, mas os dirigentes deveriam ser mais ponderados, quando o Tribunal decretou a ilegalidade do movimento.

José Ferreira de Souza. Tem 54 anos. É natural de Santa Rita de Cássia, Minas Gerais. Veio para São Paulo, por volta de 1940, onde foi trabalhar em usinas de Igarapava e Ribeirão Preto, como motorista. Antes de se aposentar trabalhava na Volkswagen e há quatro anos é motorista da Prefeitura de SBC (aposentou-se em 1975). Participou como suplente da diretoria do Sindicato de 1967 a 1975. José Ferreira diz ser a favor do PT e afirmou que vai pedir filiação nesse partido.

ABC
A intervenção começa a cair



Negociadores serão eleitos

A nota oficial lançada pela Junta Governativa de São Bernardo no dia de sua posse no Sindicato

A estrutura sindical brasileira é tão ultrapassada que permite chegarmos à situação que chegamos: às vésperas de uma campanha salarial, a categoria não dispõe de representantes legitimamente eleitos para conduzir as negociações. Como todos os trabalhadores, também nós condenamos a intervenção no sindicato e com ela toda a legislação de gosto e origem fascista que impede a plena autonomia e liberdade sindical. Essa mesma legislação impõe a nós, da direção provisória do sindicato, um grande sacrifício: o de assumirmos, constrangidos, o lugar de uma diretoria legitimamente eleita e que tudo fez para honrar o mandato rebeado.

Por que, afinal, aceitamos esta missão? Sindicalistas militantes que somos, tendo dado constante contribuição pessoal para tornar o nosso sindicato o que é hoje, desejamos colaborar para fazê-lo voltar à normalidade. Assumiremos a direção do sindicato antes que aventureiros mal intencionados tentem transformá-lo na única coisa que não admitimos: num antro de pelegos, desejosos de agradar o governo e servir os patrões. É certo que o processo de nossa indicação não é legítimo, mas, nosso passado há de servir de aval e o futuro de confirmação das intenções que hoje nos animam.

Essas intenções basicamente são duas:
1) Desenvolver uma campanha salarial, usando de todas as armas e chegando até as últimas consequências a fim de obter UM BOM ACORDO.

A partir do momento de nossa posse, o Sindicato estará aberto para todos os associados seja para reuniões, seja para assembleias. Toda a estrutura material do nosso sindicato estará a serviço de uma boa

campanha salarial, dia e noite. Fiquem atentos às próximas convocações.

Queremos desenvolver a campanha salarial com uma COMISSÃO DE TRABALHADORES, livremente eleita em assembleia. E toda e qualquer proposta só será aceita, depois do pronunciamento soberano e democrático da assembleia geral.

2) A outra intenção é a seguinte: assumimos o compromisso solene de, se ainda estivermos à testa do sindicato, logo após a campanha salarial, publicar o edital convocando eleições para a indicação de nova diretoria para a entidade. Só após a posse da diretoria eleita, nosso sindicato estará verdadeiramente normalizado.

E mais: faremos uma eleição limpa na qual todos os associados, em condições legais, possam formar livremente suas chapas e concorrer democraticamente. Para tanto, publicaremos o edital com todo o destaque, nos principais jornais da região, e, também com destaque, afixaremos cópia do mesmo edital na sede do sindicato e nos quadros de avisos das empresas.

Por fim, fazemos um apelo a todos os metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. A situação que atravessamos exige de todos nós uma dose redobrada de organização, união, habilidade e sabedoria. Vamos unir nossas forças! Qualquer divisão, no momento, é um desserviço à nossa causa. Se todos desejamos as mesmas coisas não há razões para a desunião.

Nós somos passageiros. O que permanece: para sempre é a classe trabalhadora que em São Bernardo do Campo e Diadema ergueu um monumento imprecisível de glória, por sua coragem, por sua organização, por seu espírito de luta. Não desmereçamos nosso passado.

310 dias de resistência à intervenção

O que tem sido a experiência do Fundo de Greve, transcorridos até agora 310 dias desde o 17 de abril da intervenção em meio à greve.

Desde que a intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos de SBC e Santo André foi decretada em 17 de abril de 1980, foi preciso um grande esforço das diretorias cassadas para resistirem ao impacto e manter a categoria mobilizada. Em SBC, sem dúvida, a vanguarda do movimento operário brasileiro hoje, os operários melhor organizados, conseguiram criar não um Sindicato alternativo, mas uma alternativa de trabalho, face à medida arbitrária tomada pelo ministro Murilo Macedo.

Essa alternativa de trabalho foi o Fundo de Greve. Criado em outubro de 1979, depois da experiência da greve daquele ano, o objetivo era prestar auxílio ao trabalhador em greve, em alimentos ou na ajuda a pequenas despesas. Em 1980, o Fundo de Greve já era uma grande realidade e atendia a milhares de famílias de grevistas em SBC e Santo André (neste município também foi criado o Fundo de Greve dos Metalúrgicos). Registrado como Associação Beneficente em 10 de agosto de 1980, só depois da intervenção é que os metalúrgicos de SBC foram perceber como esse instrumento foi vital para a sustentação do movimento, a par da grande disposição de luta da ex-diretoria do Sindicato.

A princípio, funcionando na Igreja Matriz, os metalúrgicos decidiram que precisavam de um local à parte, pois a Igreja não era exatamente o melhor lugar para imprimir e distribuir milhares de manifestos, realizar reuniões por fábricas, enfim, comandar a mobilização de 142 mil metalúrgicos da base territorial de SBC e Diadema.

Foi assim que a Mitra da Diocese de Santo André, que sempre se manifestou solidária aos metalúrgicos alugou uma casa de nove cômodos, na rua Alferes Bonilha, 47, ao lado da Cooperativa da Volks e a poucas quadras do Sindicato de SBC. Com uma atividade tímida nos primeiros dias (a casa foi alugada em junho do ano passado), logo crescia o número de frequentadores, metalúrgicos que vinham discutir os rumos do movimento. Os ex-diretores estabeleceram um sistema de plantão, conseguiram depois com sacrifício, um telefone e uma máquina emprestada. A mobilização da categoria foi feita a partir do que antes parecia um modesto instrumento de solidariedade ao trabalhador: O Fundo de Greve.

Já em fins de 1980, cerca de 60 mil boletins por semana eram distribuídos e reuniões com os trabalhadores de 50 empresas, realizadas ali. São Bernardo,

que curiosamente tem uma Câmara de Vereadores inútil, passou a ter um novo centro de atividade sindical e, por consequência política: O Fundo de Greve. E, afirma com orgulho, Manoel Anísio Gomes, ex-diretor do Sindicato: “o Fundo de Greve passou a receber mais telefonemas que o próprio Sindicato”, o que demonstra o caráter da atividade ali registrada. “O Fundo de Greve, esclarece o seu presidente, Gilson Correia de Menezes, não é um Sindicato paralelo e por isso, pretendemos conseguir uma sala para atuar dentro do Sindicato, pois embora seja uma Associação independente ele existe para colaborar na atividade sindical”.

E a mobilização da categoria através da sede do Fundo de Greve comprovou, conforme diz Manoel Anísio, que “o Sindicato não é prédio, mas a categoria. Afinal, não adiantava nada tomar o prédio do Sindicato à força e o jeito foi mesmo atuar na sede do Fundo de Greve, afirma. Resultado: apesar de já há 310 dias sob intervenção, o Sindicato de SBC permanece ativo, nas mãos da ex-diretoria, que é considerada a legítima representante dos trabalhadores. Tanto assim que até os patrões, já no final de 80, se acostumaram a ligar para o Fundo de Greve em vez de ligar para o Sindicato, para discutir acordos internos. (V.A.)

“Colher os frutos de 79 e 80”

As primeiras assembleias da campanha revelam grande disposição de luta por parte da direção sindical.

Começam a esquentar os motores para a campanha salarial dos metalúrgicos do ABC — a data-base é 1º de abril. Na sexta, dia 13, de fevereiro, houve a primeira assembleia geral convocada pela diretoria cassada de São Bernardo, com a participação do pessoal de Santo André e da oposição de São Caetano. E no sábado, dia 14, nova assembleia, às 10 horas na Praça da Matriz, em SBC.

O horário escolhido — 16:30 não deixou a manifestação tornar-se massiva mas às 19 horas, início previsto para a segunda assembleia, já havia 500 pessoas na fala final do Lula.

Os oradores que se sucederam enfatizaram o ponto de que esse ano as fábricas estão exauridas: agüentaram a greve no ano passado e atrasado, mas esse ano, face a uma nova greve prolongada, os patrões terão de ceder — assim, 79 e 78 foram anos de plantar e 81 será o ano da colheita. Se o ano passado eles resistiram a 41 dias de greve, com a ajuda do governo, esse ano eles não resistirão nem a 20 dias. Respondendo a insinuações que diziam estar a diretoria cassada fazendo trabalho paralelo através do Fundo de Greve, Gilson, um dos membros da ex-diretoria lembrou que eles é que eram os legítimos representantes da categoria, uma vez que foram escolhidos por eleição. Os discursos dos diversos oradores não deram margem a nenhuma ambigüidade; se prevalecer a intransigência patronal não aceitando os negociadores escolhidos pelos operários nas assembleias, ou a qualquer ponto da pauta referendada, vai haver greve geral da categoria. Para desgosto dos responsáveis pelos nossos meios de comunicação de massa, os operários assimilaram a essência das reivin-

dicações de seus companheiros poloneses. Mas, os itens da pauta de reivindicações a ser encaminhada ao governo refletem a realidade do movimento sindical brasileiro hoje: garantia de emprego, delegado sindical, fim da legislação repressiva ao movimento trabalhista e sindical, jornada de 40 horas, e devolução do Sindicato a seus legítimos representantes. Outros itens: controle dos fundos administrados em nome dos operários, pelos próprios operários (PIS-Pasep e Fundo de Garantia) e controle do custo de vida, garantindo ao trabalhador o mínimo necessário para sua sobrevivência e abrigo (foi solicitado o congelamento de aluguéis por dois anos).

Mais uma vez, o ponto culminante foi a fala do Lula, que por mais de uma hora prendeu a atenção da assembleia. Seu discurso começou desmentindo uma insinuação feita por pessoas ligadas à administração da Volks, segundo as quais, ele teria viajado com dinheiro do Fundo de Greve. Talvez para surpresa dos caluniadores, Lula revelou que quem pagou a sua passagem foram os sindicatos da Europa que o convidaram, ressaltando que deveria ter ido à Europa antes, e com o dinheiro dos próprios sindicatos brasileiros, uma vez que lá aprendeu uma série de coisas que serão muito úteis para os trabalhadores de São Bernardo. Contando para os presentes suas impressões de viagem, ele revelou que um operário da indústria automobilística americana ganhava mais de Cr\$ 700 por hora — 15 vezes mais do que a média brasileira, que o salário mínimo na Espanha era de Cr\$ 35 mil — o que foi vivamente comentado por todos os operários. Lembrando a sua conversa com Lech Walesa, ele recordou que a mesma imprensa cínica que fala mal do

ABC quando entra em greve, fala bem da greve na Polônia.

Sobre a pauta de reivindicações, Lula declarou que o importante é fazer os operários entenderem a importância tanto das reivindicações feitas aos patrões quanto das feitas para o governo (que esse ano serão feitas separadamente), porque uma vez tendo conseguido fazer o trabalhador entender, ele lutará por elas e acabará fazendo os patrões entenderem, por mais cabeças duras que eles forem.

Esse ano, a questão da estabilidade será mais importante do que nunca o caso das demissões da Volks está bem fresco na cabeça de todos, e a reivindicação de 40 horas semanais vai nesse sentido. Mas não como foi proposto pelo “conselho de representantes” da Volks, que queria descontar as outras 8 horas.

Mas a ênfase maior do longo discurso foi no final, quando Lula declarou categoricamente que quem vai negociar pelos trabalhadores será a comissão eleita pelos metalúrgicos e não qualquer indicado pelos patrões ou pelo governo. “Os trabalhadores irão entrar nessa campanha dizendo que querem feijão e continuar gritando que querem feijão, casa, salário digno e estabilidade no emprego, e não irão parar de gritar enquanto não conseguirem tudo isso. A greve poderá sair, mas os trabalhadores não irão se preocupar muito com a data-base, irão parar a greve no momento que sentirem que estão em ponto de bola.

Ao final, Lula conclamou a categoria a economizar mais ainda nos seus gastos, reforçar as contribuições ao Fundo de Greve e deixar de fazer horas-extras, a chamada “munição do patrão” para a guerra que se avizinha. (Roberto Grum)

CONCLAT

Retomando as atividades

Por iniciativa dos sindicalistas autênticos cerca de 70 dirigentes sindicais de todo o país convocam para o próximo dia 21 uma ampla reunião para a retomada dos encaminhamentos com vistas à realização do CONCLAT.

Em São Bernardo, após o ato público contra a LSN, no último dia 15, representantes de mais de 70 sindicatos, de seis Estados do país, reuniram-se para avaliar a posição do movimento sindical dentro da manifestação e a questão do CONCLAT (Congresso das Classes Trabalhadoras).

A avaliação do ato não pôde deixar de lavar roupa suja das próprias preparatórias, principalmente levando em conta as pressões e manobras dos simpatizantes do **Hora do Povo**, que visavam incluir entre os oradores nada menos que o Joaquinção, reforçando sua tese da unidade o mais ampla possível. Apesar das interven-

ções críticas, com um tom que parecia chamar o **HP** e os eurocomunistas mais para a esquerda, para uma unidade na ação, e não nos gabinetes, a avaliação, em termos gerais, considerou o ato um certo ganho, um avanço nessa unidade.

Com relação ao CONCLAT, saiu da reunião uma conclamação ao movimento sindical brasileiro, convocando uma reunião nacional para começar a preparar o CONCLAT mesmo. O dia é 21/3, a hora, 9 da manhã. O local Sindicato dos Químicos de São Paulo. Nessa reunião, cada entidade pode comparecer com até quatro elementos de sua direção, mas terá direito a um voto. O encontro deverá tocar em três pontos: definir o temário do CONCLAT, seu regimento e sua organização.

No quadro atual das lutas operárias, em que houve um descenso que pode continuar, os passos concretos na organização do CONCLAT significarão sem dúvida um avanço para os movimentos sindicais. Contudo, a grande questão, que vai polarizar posições é certamente a seguinte: quem participa do CONCLAT? Se depender da facção mais conservadora da chamada Unidade Sindical, serão as diretorias de sindicato ou representantes por ela nomeados. Na verdade, uma proposta tão estreita que consegue deixar fora do congresso dos trabalhadores os líderes mais significativos do momento.

De qualquer modo, a questão será a de formular regras de organização que garantam a mais ampla e democrática participação dos trabalhadores, naquele que é o seu "parlamento". Caso contrário, teremos mais uma reunião de dirigentes sindicais do país, a maioria dos quais sabemos o que são...

(Régis Morais)



Greve nacional de médicos A política de saúde em questão

A política de saúde do governo vai sofrer nos próximos dias uma dupla e pesada contestação: a greve nacional dos médicos residentes convocada para o dia 8 de abril e a paralisação nacional dos médicos contratados pelo INPS que tem no dia 18 de março a sua deflagração.

Estas greves apenas refletem o estado crônico do atendimento médico no país. Uma situação absurda que faz com que convivam lado a lado cerca de 30 mil médicos desempregados (de acordo com os Ministérios da Saúde e Previdência Social) e um contingente de 40 milhões de brasileiros carentes de qualquer assistência médica. A política do governo orienta os currículos para a formação de médicos especializados destinados a um mercado de trabalho concentrado em determinadas faixas da população residente nos grandes centros urbanos, enquanto há uma enorme necessidade de médicos com formação geral. E estimula o desenvolvimento das empresas mercantilistas de assistência médica, ocasionando a super-exploração dos profissionais de saúde e o rebaixamento da qualidade do atendimento em função do lucro.

De 1976 até hoje o salário médio contratado pelo INPS caiu de 7,3 para 2,6 salários-mínimos. O que significa que o profissional é obrigado a multiplicar seus empregos para dar conta do achatamento salarial que vem sofrendo, ocasionando assim a diminuição das possibilidades de empregos para os que entram na profissão. Além disso, o governo, interessado em dar vazão à procura de atendimento em massa, obriga os médicos a atenderem em média de 16 a 20 pacientes em uma jornada de quatro horas de trabalho

diário, contribuindo para rebaixar ainda mais o atendimento médico. Neste sentido as duas principais reivindicações dos médicos contratados pelo INPS são um piso salarial de 10 salários mínimos e o limite de atendimento de 12 pacientes por uma jornada de trabalho de quatro horas.

O movimento tem a sua deflagração no dia 18 de março quando haverá nacionalmente manifestações de protesto dos médicos e está centralizado por uma coordenação composta por sindicatos e associações de praticamente todos os Estados do país.

Há também neste começo de ano, a greve nacional dos médicos residentes, marcada para o dia 8 de abril, e que significa a retomada de uma luta que mobilizou a categoria durante todo o ano de 1980 e que culminou com uma paralisação nacional nos dias 23 e 24 de setembro. Trata-se de uma pressão sobre o governo para que ele aprove um projeto que estabeleça os direitos trabalhistas mínimos da categoria que exerce as funções mas não recebe como médico.

O projeto proposto pelos residentes prevê, entre outras garantias trabalhistas, a fixação de uma remuneração equivalente a seis salários mínimos para uma carga de trabalho de 60 horas semanais, além da concessão do título de especialista. O projeto com o qual o governo trabalha atualmente, elaborado por uma comissão inter-ministerial criada extra-oficialmente, prevê o pagamento de apenas três salários mínimos e deixa em aberto a carga horária para a super-exploração das empresas médicas e normal hoje uma carga de trabalho de 100 horas semanais para os residentes).

Oposição metalúrgica/SP Aurélio Perez rompe unidade

Neste último fim-de-semana, os fatos se precipitaram em São Paulo e caminham para um desfecho negativo para a categoria. O deputado Aurélio Peres, ex-ferramenteiro da Caloi, na prática rompeu com a unidade que havia no Movimento das Oposições pela Chapa Única, lançando-se como candidato às eleições do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que se darão em junho próximo.

No boletim que soltou e que vem com sua assinatura, Aurélio Peres afirma que "como metalúrgico e deputado eleito com quase 50 mil votos pelos companheiros operários, entendo que agora sou chamado para esta nova tarefa: organizar uma chapa que concorra às eleições de nosso Sindicato...". A esperança de todos é que Aurélio e seus apoiadores voltem atrás e não colaborem ainda mais para a divisão da categoria.

Joaquim Carlos (JORNAL COOP)



Vitória/ES

Onde morar é crime

A forte repressão que se abateu sobre os trabalhadores da construção civil e pescadores que ocuparam neste início de mês uma área de mangue e alguns morros em Vitória, vem abrir uma nova fase na luta pela terra nesta cidade. Utilizando o processo de ocupação desde o início de 1977, como única forma dos trabalhadores conseguirem um local para morar, mais de mil famílias, ou seja, mais de 5 mil pessoas conseguiram sua terra na luta contra os grileiros e a polícia. Porém, as violências registradas nos primeiros dias de fevereiro atingiram um grau nunca visto.

Utilizando metralhadoras, cachorros, capangas encapuçados, gasolina e fogo, a polícia conseguiu expulsar todos os ocupantes das áreas mais recentes. Uma senhora grávida foi atingida com um chute, tendo que abortar; outro trabalhador foi atingido a tiros, e uma série de moradores teve seus barracos queimados quando ainda estavam dentro deles. No final, mais de 200 barracos queimados, um grande número de feridos e uma forte presença de policiais na região. Com carros sem placa e mostrando metralhadoras para a população, a polícia buscava amedrontar os trabalhadores. Se num pri-

meiro momento a resposta foi tímida hoje, com o apoio da Comissão de Justiça e Paz e dos partidos políticos de oposição — PT e PMDB — a ofensiva está novamente com os trabalhadores.

Numa assembléia realizada em uma das áreas de ocupação no dia 10 de fevereiro, a imediata reação do povo impediu que o líder das ocupações fosse preso. Militante do Partido dos Trabalhadores e agente da Pastoral, Rui foi ameaçado de morte por um delegado local. Ao ser cercado por policiais armados, Rui foi protegido por cerca de 200 moradores, que desceram em passeata até o Palácio do governo, indo depois até a Comissão de Justiça e Paz. O Bispo local, Dom João, tem manifestado seu apoio à luta dos trabalhadores, ao mesmo tempo que a Comissão de Justiça e Paz está processando o delegado que comandou a destruição dos barracos e feriu moradores.

Outras assembléias estão marcadas para os locais, e a auto-organização dos moradores em comissões é até agora o maior saldo político. O Partido dos Trabalhadores, na última reunião da direção estadual, designou um grupo de militantes que diariamente acompanha as diversas assembléias. (Otaviano Carvalho)

Belém do Pará

Flagrado mais um pelego policial

Nos últimos três anos, a maioria dos pelegos, mesmo os mais convictos passaram a atualizar, modernizar as suas técnicas de controle sobre a classe operária, tentando se adaptar aos novos tempos, quando são cada vez mais contestados em suas categorias. Mas, como quem foi rei dificilmente perde a realeza, alguns, por não terem mesmo jeito prá coisa ou por serem mal-assessorados, agarram-se mais ainda nos velhos métodos pelego-policiais de tão triste memória em nosso movimento sindical.

Para esses pelegos-policiais, a estreita relação e dependência dos patrões, da polícia, dos órgãos de segurança, não é novidade prá ninguém. Mas ainda causa o mesmo frio na espinha, a mesma volta no estômago, quando nos deparamos com as provas definitivas de seus bons serviços ao poder.

No ano passado, as edições 114 e 115 do EM TEMPO, traziam farto material, onde demonstrava-se que Othelo Oliveira da Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Estado do Rio Grande do Sul se correspondia com o DOPS, a DRT e os patrões, dedurando a oposição e se desresponsabilizando da greve que a categoria fazia.

Agora, mais um caso vem à tona. No outro extremo do país, em Belém do Pará, mas envolvendo novamente um sindicato de motoristas.

Traumaturgo de Oliveira Pontes é o nome deste traidor da classe operária, posto agora a nú, o presidente do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários de Belém.

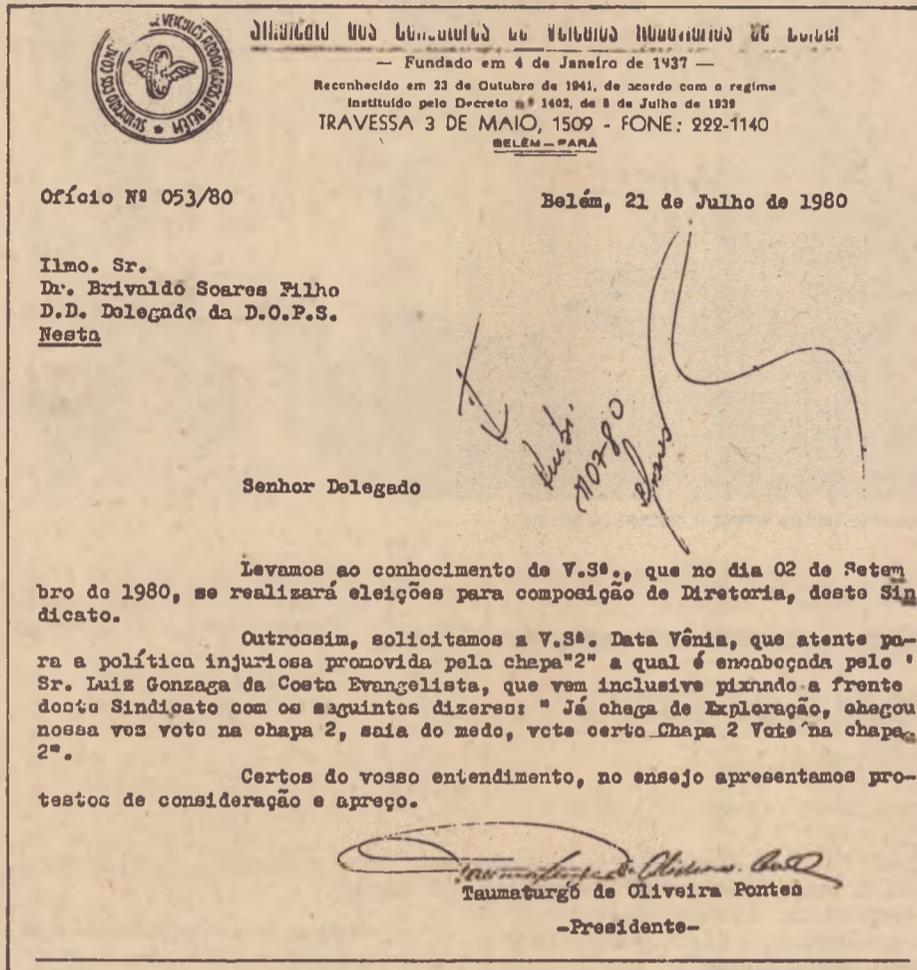
Em 26 de outubro de 1979, o seguinte ofício é encaminhado ao Secretário de Segurança Pública, dando conta da realização de uma assembléia:

Esta entidade de Classe fará realizar uma assembléia geral extraordinária no dia 27 do corrente na União Beneficente dos Chaufferus do Pará (...) para tratar do reajuste salarial, Convenção e Acordo hora em vigor. Tratando-se de uma categoria elevada e muitos descontentes com os atuais salários e condições de trabalho, venho por meio deste solicitar a V.Sª., uma Segurança através do DOPS para que possamos manter a ordem caso seja necessário.

Mas os bons serviços do sr. Traumaturgo vão muito além. Em novembro de 1979, quando uma greve era preparada

Documentos provam que presidente do Sindicato dos Motoristas de Belém também se correspondia com o DOPS entregando trabalhadores. Mas, apesar de tudo isso, a oposição, no final do ano passado, derruba o pelego nas eleições.

Por Elvira Oliveira



Ofício nº 053/80 Belém, 21 de Julho de 1980

Ilmo. Sr.
Dr. Brivaldo Soares Filho
D.D. Delegado da D.O.P.S.

Nesta
Senhor Delegado

Levamos ao conhecimento de V.Sª., que no dia 02 de Setembro de 1980, se realizará eleições para composição de Diretoria, deste Sindicato.

Outrossim, solicitamos a V.Sª., Data Vênia, que atente para a política injuriosa promovida pela Chapa "2" a qual é encabeçada pelo Sr. Luiz Gonzaga da Costa Evangelista, que vem inclusive pixando a frente deste Sindicato com os seguintes dizeres: "Já chega de Exploração, chegou nossa vez vote na Chapa 2, saia do medo, vote certa Chapa 2 Vote na chapa 2".

Certos do vosso entendimento, no ensejo apresentamos protestos de consideração e apreço.

Taumaturgo de Oliveira Pontes
Presidente

pela categoria, ele não exitou em encaminhar ao Delegado Regional do Trabalho, todos os passos da preparação, assim como o nome de seus encabeçadores, um deles o secretário do Sindicato e até mesmo as empresas em que trabalhavam. O mesmo ofício foi entregue ao Secretário de Segurança Pública.

No dia 20 de novembro de 1979, o pelego-policial não teve dúvidas em dar seus préstimos à Secretaria de Segurança Pública e em troca pedir a ajuda da polícia, que nós sabemos muito bem como costuma tratar os trabalhadores: "Conforme ofício de nº 104/79 expedido por

esta Entidade de classe a esta Secretaria de Segurança e também os noticiários feito pela imprensa de nossa cidade e o movimento que est sendo feito pelos motoristas e demais empregados (...), para que seja realizada uma greve amanhã dia 22/11/79 às 00:00 hs., Considerando que há infiltrações de pessoas alheio a categoria sempre que há uma Greve é que também temos alguns companheiros mal orientados e revoltados com tal situação. Esta marcado uma concentração dos trabalhadores em frente a Sede Social desta Entidade para às 08:00 hs. da manhã e gostaríamos de merecer a atenção de V.Sª., no sentido de colocar a disposição

desta Entidade, caso haja necessidade, de um Policiamento para que seja mantida a ordem no local..." (sic nos vários erros de português).

No entanto, mesmo com toda esta ajuda, o feitiço virou contra o feiticeiro. No final do ano passado, a chapa de oposição — Chapa 2 — encabeçada por Luiz Gonzaga da Costa Evangelista, tantas vezes denunciado pelo pelego, consegue a vitória nas eleições sindicais. O pelego, além de deixar como herança esse farto material, que documenta as suas atividades policiais, deixou também uma dívida de 600 mil cruzeiros a ser paga pela oposição.

Gráficos/SP

Sindicato processa operários

Dos 30 mil gráficos de São Paulo, cerca de 8 mil são sindicalizados. A categoria tem atrás de si uma tradição de luta que vem desde o começo do século. Após 1964, com as cassações e intervenções, passou por um longo período de hibernação. Em 1978, seguindo o exemplo dos metalúrgicos, numerosas grandes empresas (Abril, Ipiranga, etc), pararam, em maio, os trabalhadores conquistando alguns aumentos. Ainda seguindo o exemplo dos metalúrgicos, esses aumentos foram recuperados pelos patrões no acordo de novembro, época de dissídio da categoria.

Nas eleições de 1976, uma chapa de oposição, congregando uma vasta gama de concepções sindicais e políticas, apre-

senta-se contra a situação, já naquela época liderada pelo atual presidente, Maffei.

Nesse mesmo ano, a diretoria reajusta seus vencimentos em 70%, enquanto o reajuste da categoria não passa dos 40%. Em 1979, novamente à imagem e semelhança do que ocorre entre os metalúrgicos, um parte da oposição se bandeia para o lado do pelego, para "atuar dentro da máquina". Neste singular e curioso processo de "unidade com todos e a qualquer preço, não faltam os conselhos das velhas lideranças sindicais que, chegadas do exílio, propõem "esquecer o passado" e influem nas composições com os pelegos. Por ironias da história, a anistia de uns

veio acompanhada de uma onda de perseguições sobre outros. Aqueles que não foram para o exílio, que fizeram parte da oposição e da resistência sindical, enfrentam agora as "aberturas" do novo tempo. Entre 1971 e 1974, nos anos mais negros da ditadura policial e militar, poucos gráficos foram perseguidos. Escaparam do Fleury, mas não escapam agora. Pois, hoje nada menos que nove trabalhadores dessa categoria estão sendo processados (alguns com mais de um processo) pela sua própria entidade de classe, pelos mais variados motivos, entre os quais disposta o fato de terem sido oposição nos últimos pleitos. São eles: Jiro Sansone, Alfredo Sansone, Walter Silva Leite, Roque Barbieri, José Adail Gomes, Rui Santana de

Araújo, Eduardo Buitoni, Luiz Buzzo Filho, Rogério Praxedes.

E para quem não sabe, o advogado da entidade é nada mais que o Sr. Ibiapaba Martins, apelidado por alguns dos opositoristas processados, de Somoza do Sindicato. Talvez não tão famoso quanto seu falecido irmão, Itamarati Martins, jornalista tão afeiçoado ao peleguismo que conseguiu dizer, em 1978, que Joaquinão tinha sido roubado nas eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos!

É a triste situação do Sindicato dos Gráficos. Mas muita água ainda correrá por aí. Aguardem nossos próximos números.

(Régis Moraes)

OSASCO

Uma derrota amarga

Os resultados do segundo escrutínio para a escolha da nova direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, na semana atrasada, apenas confirmaram a vitória da chapa 1, situacionista, encabeçada por Antonio Toschi, secretário geral da diretoria anterior. A chapa 2, encabeçada pelo oposicionista Zé Pedro, teve sua votação diminuída, com relação à primeira contagem (6124 para a chapa 1, 3952 para a chapa 2).

A análise dos fatores que contribuíram para a derrota oposicionista começou a ser feita já em nosso número anterior. Entre eles, procuramos comparar as particularidades de Osasco (desenraizamento da oposição nas grandes fábricas e nas atividades sindicais etc), com o quadro não muito favorável do sindicalismo combativo no país, no atual momento. Agora, a oposição inicia um balanço mais detalhado de seus erros e acertos.

Em suma, já se falou bastante sobre as vantagens que a máquina sindical dá ao pelego, sobre a "desonestidade estrutural" das eleições sindicais, um jogo com cartas marcadas. O fato é que esses aspectos fazem parte do jogo, e é contra eles que a oposição luta. Como toda eleição, inclusive as parlamentares, a situação conta com a politicagem de clientela que o uso da máquina estatal propicia. Conta ainda com uma legislação manipulada. Conta ainda com a submissão cotidiana e "natu-



A oposição começa a fazer o balanço da derrota

ral" do proletariado à ideologia burguesa, à conservação do estado de coisas.

Mas o que a oposição pode fazer para virar o jogo? Na maior parte das eleições em que a oposição venceu, isso se verificou ou a partir de grandes movimentos grevistas que desgastaram os pelegos (caso típico da construção civil de Vitória, eletricitários do nordeste etc), ou a partir de um trabalho minucioso e demorado da oposição nas atividades do sindicato e de seus sócios (caso dos engenheiros de S. Paulo, entre outros). Raros foram os casos — se é que existem — que fugiram a essas regras.

E em Osasco? Desnecessário dizer que não se tinha essas pré-condições. A oposição devia correr contra o tempo e realizar, em dois meses, uma gigantesca campanha publicitária. Um tanto atabalhoada, ela foi feita. Atabalhoada inclusive no uso desordenado dos recursos humanos e materiais. Pode-se atribuir isto ao corre-corre da campanha. Mas tem, também, causas mais profundas que é preciso analisar. Entre essas causas, a oposição

precisa avaliar a forma pela qual a campanha foi centralizada e conduzida, inclusive a administração e distribuição racional de seus recursos.

Outro ponto do balanço que vai dar pano para manga é o apoio de Henos Amorina, presidente do Sindicato, à chapa de oposição. Henos, transformado por alguns oposicionistas, agora, em bode expiatório, carregava antes das eleições a esperança desses mesmos oposicionistas de neutralizar a máquina sindical da situação. Porém, por defeitos seus ou não, o fato é que o controle de Henos sobre sua entidade, no processo eleitoral, foi mínimo. A oposição não teve acesso nem mesmo à lista de votantes.

E agora, José?

A oposição começa o seu balanço. E deve um balanço para a categoria. Um balanço que esclareça os fatos, que explique o significado da derrota e que aponte os caminhos que pretende trilhar, nas lutas contra o desemprego e na campanha salarial.

À oposição cabe, sem dúvida denunciar o caráter antidemocrático da legislação sindical e os favores que ela dá ao pelego.

Mas deve fazê-lo de uma forma radical, cobrando a apuração de todos mecanismos e expedientes desonestos.

Inclusive, esclarecimentos a propósito das acusações de fraude, levantadas por ambas as chapas, uma contra a outra. A Comissão Municipal do PT já divulgou nota contra qualquer uso de tais expedientes (ver ao lado). Também elementos da própria chapa 2, simpatizantes do jornal EM TEMPO, já durante a campanha, quando tais boatos começaram a circular, alertaram e cobraram do conjunto da chapa uma medida contra estas manobras.

Tanto porque uma fraude configura uma degeneração política inadmissível, mas também pela forma caricatural e grosseira com que os boatos vinham sendo alardeados, tudo parecia tratar-se de uma armadilha e provocação policial e direitista.

É hora da chapa 2 fazer sua avaliação e investigações para um esclarecimento definitivo da questão.

Pelo esclarecimento dos fatos

A nota da Comissão Municipal do PT

Tendo em vista as denúncias de fraudes nas eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, a Comissão Municipal do Partido dos Trabalhadores (PT), fiel aos princípios de sua formação, considera necessário tornar público o seguinte:

- 1 - O PT entende que a democracia no sindicato é a manifestação livre da exata vontade do conjunto dos trabalhadores;
- 2 - O PT, portanto, toma como questão de honra o repúdio a toda forma de fraude, golpe ou quaisquer tentativas de

falsificação da vontade e do voto dos trabalhadores;

3 - O PT — no caso concreto — conclama os seus militantes, particularmente os metalúrgicos, a batalharem pelo pleno esclarecimento dos fatos, na defesa de eleições livres e limpas;

4 - O PT, finalmente, reafirma sua oposição à estrutura sindical autoritária a que estamos submetidos.

POR UM SINDICALISMO INDEPENDENTE E AUTÔNOMO, DEMOCRÁTICO E DE MASSAS!

Osasco, 05 de fevereiro de 1981

Recife, Bahia e S. José dos Campos
Oposições ganham bonito

Por Elvira de Oliveira

todo o ano de 80 um trabalho ativo na CHESF e na CELP (Centrais Elétricas de Pernambuco) e os componentes da chapa foram escolhidos por um processo aberto, com a participação de toda a categoria.

Na Bahia, Oposição também leva

Os eletricitários da Bahia, segunda oposição a ganhar e levar o Sindicato, têm uma trajetória bastante semelhante. Também emergiu durante a greve de 79 e principalmente em Paulo Afonso, onde se concentra 50% da categoria, passando a ser o interlocutor válido para os trabalhadores. Segundo os membros da Oposição, "há mais ou menos um ano atrás, companheiros da Chesf e da Coelba (Centrais Elétricas da Bahia) começaram a idealizar um novo sindicato, um sindicato em que as assembleias reunissem centenas de sindicalizados..." e tanto com o grupo Linha Viva, da Coelba, como na Comissão de Salários da Chesf, conseguiram vitórias para a categoria, como o padrão salarial elevado substancialmente e os

restaurantes das empresas com preços escalonados e rebaixados.

Embora a categoria estivesse muito mobilizado no apoio à Oposição, fator fundamental para sua vitória, a situação não era tão líquida e certa como em Pernambuco, pois o velho pelego estava mais à vontade e solto para suas manobras. Desta vez, era importante que a assembleia apuradora fosse instalada logo após o fim das eleições e que se desse no Sindicato, como manda a lei e não na Procuradoria da Justiça como é costume em Salvador.

Isto porque, nas últimas eleições, em 1977, a ladeira que separa o Sindicato da Procuradoria, levou seis horas para ser percorrida, quando são necessários apenas alguns minutos, e as urnas foram transportadas por falsos policiais. Além disso, frente à acolhida triunfal da oposição em Paulo Afonso, o pelego já avisara: "Vocês tem os votos, mas eu tenho as urnas".

Com a categoria fiscalizando passo a

passo as eleições, que se realizaram nos dias 9, 10 e 11 de dezembro, a Chapa 2 conseguiu a vitória em primeiro escrutínio com mais de 80% dos votos.

São José dos Campos: Oposição venceu em 1º escrutínio

Em São José dos Campos, cidade altamente industrializada e próxima a São Paulo, na semana de 9 a 13 de fevereiro, os metalúrgicos estiveram votando para renovar a direção do Sindicato. Infelizmente a oposição mais uma vez apresentou-se dividida, com duas chapas identificadas com o PT concorrendo.

Aliás, essas eleições estão mais do que disputadas, pois quatro chapas querem levar o Sindicato. As duas de oposição e duas da situação, uma dos pelegos e outro que se não é pelega, não tem um ideal muito distante daqueles. Os trabalhadores de São José, no entanto, não querem nada com a situação e no primeiro escrutínio fizeram com que as chapas situacionistas ficassem respectivamente em terceiro e quarto lugar.

Do lado das Oposições, a Chapa 3 ficou em primeiro lugar, com uma diferença muito pequena com relação a segunda colocada. Porém, não conseguiu a maioria necessária para ganhar o sindicato.

Esta semana, está se realizando o segundo escrutínio.

Mulheres

I Encontro do Grande ABC

Por Maria Aparecida Vidal e Tania Margatto



Uma das principais discussões do Encontro: Creches nos bairros e nas favelas.

Com a participação de 200 mulheres e 16 homens realizou-se no dia 8 de fevereiro, na Igreja da Matriz de São Bernardo do Campo, o I ENCONTRO DO GRANDE ABC SOBRE OS PROBLEMAS DA MULHER.

Para viabilizar a participação das mães foram montadas duas creches ocupadas por 70 crianças, e mais, sistema de alimentação, atendimento médico e primeiros socorros garantiram a tranquilidade do encontro.

A idéia desse encontro já é antiga, surgiu em 1980 num debate sobre "participação política da mulher" promovido pelo núcleo do PT de São Bernardo e se viabilizou agora graças a mobilização de entidades populares e de base e principalmente devido ao empenho dos núcleos do PT da região.

Foi um encontro tranquilo, ao contrário dos encontros de mulheres das grandes capitais, graças às medidas tomadas para impedir uma possível participação de representantes do jornal *Hora do Povo*. Percebia-se a preocupação das coordenadoras de se garantir a palavra a todas as participantes e o cumprimento dos temas, que haviam sido tirados de discussões prévias em bairros, nos agrupamentos de donas de casa, e movimentos de mulheres por melhores condições de vida.

Foram quatro os temas debatidos: mulher na sociedade, mulher no trabalho, mulher enquanto mãe e participação política da mulher.

Cada um dos temas foi dividido em vários sub-ítem para auxiliar na discussão. No tema "mulher na sociedade" havia as seguintes questões: porque a mulher é sempre considerada inferior ao homem? A menina recebe uma educação diferente do menino? O que isso pode acarretar? Você concorda que a mulher seja a rainha do lar?

O tema "mulher enquanto mãe" tinha as seguintes questões: quem é responsável pela educação dos seus filhos? Quem faz as tarefas domésticas na sua casa? Quem deve planejar o número de filhos que você vai ter? Quais os métodos anticoncepcionais que você conhece?

O terceiro ítem, "mulher e trabalho" era orientado por duas questões: porque a mulher além de trabalhar fora ainda assume as tarefas do lar? Quais os problemas que você enfrenta no trabalho?

O último ítem, "participação política da mulher" dividia-se assim: você participa de algum movimento em seu bairro? Qual a importância da participação da mulher nos sindicatos, nos movimentos de bairro

e nos partidos políticos?

As principais reivindicações e lutas aprovadas depois de muito debate foram as seguintes: Creches nos bairros e nas favelas, com horário acessível, com participação da comunidade e sustentadas pelo governo; campanha de esclarecimento sobre os métodos anticoncepcionais, planejamento familiar e aborto; campanha por assistência médica de boa qualidade para toda a população; salário igual para trabalho igual; luta contra o aumento do custo de vida e desemprego.

As formas de encaminhar essas lutas serão decididas em reuniões a serem encaminhadas nos bairros e nas favelas, ao mesmo tempo em que as conclusões desse encontro serão levadas para o III Congresso da Mulher Paulista por delegadas escolhidas dentro dos grupos de acordo com o destaque que tiveram nas discussões.

As delegadas: Flora, um exemplo.

Flora Jesus Santos, 32 anos, cinco filhos, empregada doméstica e dona-de-casa. Salário mínimo. Mora na favela do bairro Alves Dias. Seu marido é tratorista e mora no emprego, é alcoolatra e não leva dinheiro para casa. "Passei um bom domingo aqui: a gente pôde falar sobre a família, salário e problemas de casa com outras pessoas" disse Flora no término do encontro. Quando vai trabalhar seus cinco filhos ficam em casa sozinhos. Segundo ela, mulheres do nível cultural dela, além de não saberem ler e escrever, não tiveram orientação para evitar filhos. "A gente queria só dois mas acabou tendo cinco". Com seu marido não existe diálogo, "o único dia em que ele aparece em casa está bêbado". A solução desses problemas, segundo Flora, deverá acontecer com a união de todas as mulheres. "As mulheres estão sendo valorizadas, porque nunca nos deram valor nem no trabalho nem em casa", concluiu Flora.

Participação dos Homens

No grupo dos homens participantes do encontro se discutia os mesmos temas, concluindo inicialmente que a mulher é que permite ser tratada de maneira inferior. Logo essa posição foi rebatida por um deles que admitiu: "Vamos ser honestos, a gente chega em casa e fala pra mulher trazer o café, olhar as crianças, a gente contribui para manter a educação errada que elas recebem". Este depoimento serviu para eles chegarem a conclusão de que também são responsáveis pela situação da mulher na sociedade.

Movimentos Populares

Osasco

Conselho Popular, Controle Popular.

Por Jorge Batista

As entidades populares de Osasco — incluindo associações comunitárias, sindicais, culturais, clubes de mães e outras — estão se preparando para dar um passo adiante na articulação (e unificação) de suas forças, através da formação de um Conselho Popular Municipal.

No próximo dia 21 de abril, se "tudo correr bem", essas entidades pretendem realizar uma plenária conjunta para debater e deliberar sobre os objetivos, metas e estatutos do futuro Conselho. "Pois tal órgão tem que surgir das bases, de baixo para cima, senão será uma coisa burocrática, sem sentido" — explica Sônia Rinho, liderança do bairro Munhoz.

Na linha do que coloca Sônia, a fase atual é de detalhamento da proposta entre os filiados das diferentes entidades, mas — desde logo — os defensores do Conselho Popular têm como referências alguns pontos-de-partida, alguns princípios: — completa independência e autonomia, tanto em relação à Prefeitura e Câmara Municipal, quanto em relação aos partidos políticos; — plena democracia interna, com todos os mandatos revogáveis a qualquer momento por assembleias das respectivas entidades; — ser instrumento de poder e de controle do movimento popular sobre a administração municipal (e não apenas órgão de consulta ou de debate). E os dois grandes objetivos imediatos seriam: — interferência na elaboração do orçamento da Prefeitura (dando ênfase às necessidades dos bairros populares); — interferência na definição das prioridades da administração.

Primeiros passos

A idéia de criação de um órgão que unifique as reivindicações e as lutas das entidades populares de Osasco, que agora se concretiza na alternativa do Conselho Popular, vem amadurecendo pelo menos desde o segundo semestre do ano passado em Osasco.

No bairro Jardim Padroeira II, por exemplo, no decorrer de uma briga por transporte, em setembro último, João Joaquim — o Negão —, integrante do Grupo de Saúde — ligado ao Clube de Mães — chegou a propor a constituição de uma Comissão Interbairros, a fim "de levar em conjunto as nossas lutas por objetivos comuns". (Aliás, no Padroeira II, onde a população conquistou a instalação de um Posto de Saúde, conseguiu também — depois de muito fincar pé — que esse Posto seja fiscalizado e em parte administrado pelos próprios moradores da região).

Além disso, em outubro, na ameaça de fechamento da Fundação de Saúde de Osasco (Fusam), por conta da não-liberação de verbas por parte do Inamps, houve uma mobilização de dezenas de entidades na Câmara Municipal. E, ao final do ato, falou-se na "continuidade daquele tipo de mobilização, através de um Conselho Popular".

Mas a consolidação dessa vontade, em forma mais amarrada, só ocorreria em



Moradores de Munhoz levam suas reivindicações ao Prefeito Piteri.

dezembro último, durante o I Curso sobre Município, Vida do Povo, Poder e Democracia, promovido pelo jornal *Batente* — um nanico de Osasco. Do Curso, ou "Encontro" — segundo seus organizadores —, participaram 129 pessoas indicadas por 39 diferentes entidades de Osasco e região (Carapicuíba, Barueri, Jandira e Cajamar), as quais — por unanimidade — concluíram que "precisamos de um órgão de democracia direta, expressão das nossas entidades de base; um órgão de poder junto ao poder municipal (Prefeitura), para interferir na elaboração do orçamento e deliberar sobre as prioridades da administração local".

Ter base, ter raiz

De sua parte, o Prefeito de Osasco, Guaçu Piteri (ex-MDB, hoje presidente paulista do PDT), percebendo a demanda que despontava dos bairros e de alguns sindicatos, resolveu entrar em campo. Em janeiro deste ano, de repente, ele preparou a minuta de um decreto para institucionalização do referido Conselho — na minuta chamado de "Conselho Comunitário".

Para debater os termos desse decreto, reuniu-se imediatamente com o Secretário de Relações Públicas do Prefeito, Sr. Orlando Miranda, uma comissão de entidades integrada por representantes dos Sindicatos dos Metalúrgicos, dos Químicos, da Federação das Sociedades de Amigos de Bairro de Osasco, de lideranças de Munhoz, Jardim D'Abril, Vila Iolanda, Santo Antônio, além de diretores do jornal *Batente*.

Na ocasião, as entidades alertaram para o risco de se encaminhar o Conselho Popular "do alto, do gabinete", afirmando-se ainda que "ninguém quer saber de um órgão formal, cupulista, foi à revelia das bases". Questionou-se ainda o fato de talvez não ser um decreto a melhor forma de institucionalização do Conselho Popular, pois "podemos muito bem pensar numa sociedade civil, que depois seria reconhecida de utilidade pública pela Prefeitura".

No mesmo dia, em reunião à parte, as entidades presentes definiram os seus próximos passos. "Agora levando a idéia do Conselho Popular aos bairros, ampliando ao máximo a discussão, detalhando a coisa, a fim da gente chegar a um denominador comum" — diz Geneildo Miranda, do Jardim D'Abril. E conclui: "Importante é que o novo organismo tenha raiz, base, constituindo-se de forma democrática para de fato dar força e poder ao movimento popular".

O caso Gabeira

Nas aventuras de nosso narrador um novo homem ressurgue das cinzas da luta armada com roupagens adequadas: bi-sexual, saído do treinamento de guerrilheiros em Cuba e despontando sorridente no novo cenário político brasileiro, contribuindo assim para o fortalecimento do crescente irracionalismo que permeia determinados setores das esquerdas mundiais face às revoluções socialistas burocratizadas.



Por Luiz Diniz e Sérgio Squilanti - Paris

Após numerosas discussões sobre o livro de Gabeira, *O que é isso Companheiro?*, e sua importância nas questões levantadas em relação à luta ideológica, aparece seu segundo livro: *O Crepúsculo do Macho*. O narrador nos avisa com antecedência "ninguém será enganado, isso é uma viagem". E continua sua narração fazendo uma paródia sobre o lugar comum dos filmes de bang-bang, onde a deligência penetra no desfiladeiro para a platéia, em suspense, esperar o momento em que a mocinha ou a deligência será cravada de flexas pelos índios em tocaia.

Uma vez dadas as regras do jogo, deduzimos que a mocinha ou o herói do filme nunca serão alvejados mortalmente pelas flexas ou mesmo pelas latas de cerveja. E esperamos entediados pela hora em que soará uma corneta que faz anunciar, após um arpejo da platéia, a entrada triunfante das forças da ordem estabelecida.

Esse clichê cinematográfico nos dá os indícios da atmosfera aventureira de seu depoimento. O livro, ainda que no sentido inverso, discorre nesse plano: a cada vez que o herói penetra no desfiladeiro, as forças militares entram em cena com seus helicópteros, cachorros, etc, etc... O herói, o narrador, sempre consegue escapar e a aventura continua.

Os golpes de Estado, as torturas ou mais especificamente a luta de classes na América Latina e no Brasil se reduz à própria estória do autor, às vezes bem humorada, às vezes amarga e com algumas pinceladas de romantismo revolucionário; mas sempre tentando reduzir um processo a características estritamente factuais que se sucedem uma após as outras sem a menor inter-relação: a mediação dialética entre os acontecimentos (fatos) e a história que os move e movimentam-os continuamente.

Esse distanciamento entre aventura e uma dada realidade permanece durante todo o livro, que a nível estrutural é um discorrer infundável de fatos como por exemplo furar os controles do metrô em Paris, suas experiências com haxixe, que geralmente satisfazem o leitor médio condicionado pela embalagem cintilante. Podemos considerar que existem dois livros, duas histórias e dois Gabeiras, que podem ser resumidos em um processo dividido em duas fases: a primeira é a utilização dos veículos de comunicação para transformar o indivíduo em uma mercadoria vendável no mercado de livros para, em seguida, o produto já acabado e já recuperado ideologicamente ser colocado à venda — sua segunda fase — para os leitores já problematizados com uma questão continuamente alimentada pela imprensa burguesa: o atraso político-ideológico das esquerdas.

A diferença do produto literário e da imagem veiculada pelos meios de comunicação de massa no Brasil nos remete a uma pergunta lógica: o que pensa realmente Gabeira? Ou quem é na verdade essa pessoa, que de um lado defende a necessidade de organização das minorias e de outro escreve best-sellers questionando com uma visão extremamente pessimista qualquer espécie de organização que vai desde os partidos políticos marxista-leninistas, passando pela descoberta da limitação do homossexualismo para finalmente concluir: que posso fazer se não acredito na revolução?

A contradição expressa nas duas imagens distintas é esclarecida se pensarmos no processo de transformação de mercadoria porque passou Gabeira desde sua volta ao Brasil e na sua redução a signo fetichizado e vendável no consumo interno, apesar de "country-side".

Hoje Gabeira não é mais gabeira, é uma fachada que existe em função da mercadoria e uma mercadoria que só é possível existir em função de sua imagem.

É sempre a mesma idéia a percorrer *O Crepúsculo do Macho*: revoluções fracassadas, atrasos ideológicos e, como saída idealista e subjetiva, o recado: "transamos todas".

Nosso herói, perdão, narrador, tem também suas mágoas e transforma uma questão política de fundamental importância, que era a centralização dos refugiados latino-americanos em Paris, a somente algumas linhas que podem ser entendidas desta forma: os refugiados que precisavam trabalhar foram para a Suécia, e os outros que tinham tempo e recebiam dinheiro das famílias ficaram na França discutindo política. É realmente comovedora a situação de nosso narrador. Desesperado e sem dinheiro se refugia na Suécia onde é "impossível fazer amor à 17º abaixo de zero", enquanto os outros, os pequeno-burgueses, faziam tranquilamente política em Paris auxiliados pelo dinheiro dos pais, possivelmente abastados cidadãos da classe média brasileira.

Mas o nosso narrador, apesar de suas mágoas, equívocos e desacertos, continua sua viagem: Portugal, Alemanha (a

ordem não é bem essa, mas a gente sempre se confunde nas viagens), continuando — Argélia, Alemanha, Chile, Portugal, Grécia, Suíça, França, Suécia e finalmente o Brasil, onde a mercadoria embalada e alimentada pela publicidade burguesa nos entrega pronta a idéia de um novo homem: extremamente liberal, que fuma haxixe (fora do Brasil) e lê os clássicos marxistas ao som de Nina Hagen. O homossexualismo é relegado a um clichê que inverte e reproduz relações heterossexuais. A questão para Gabeira não é ser homo ou hetero — ou seja, devemos avançar da proposição não dialética do ser ou não ser para o ser e não ser, eis a questão e nesse sentido inventar uma fórmula capaz de eliminar toda uma educação machista e falocrática para chegar a uma proposição "colorida" estampada nas manchetas. O haxixe cumpre o papel de décor nas aventuras de nosso narrador e o novo homem ressurgue das cinzas da luta armada com as roupagens adequadas: bi-sexual, saído do treinamento de guerrilheiros em Cuba e despontando sorridente no novo cenário político brasileiro, e contribuindo para o fortalecimento do crescente irracionalismo que permeia determinados setores das esquerdas mundiais face às revoluções socialistas burocratizadas.

O irracionalismo do pensamento burguês sempre vê a história e seus processos de uma forma mecanicista e excludente. Eliminam-se as contradições e resta de um lado a razão impotente e desumana e de outro uma realidade "superior e ininteligível" que só se torna possível alcançá-la a nível subjetivo. Quer dizer, a nível da intuição ou por formas derivativas que permeiam um grande setor da pequena burguesia, desiludida com as contradições da sociedades em transição para o socialismo e sem conseguir equacionar suas próprias contradições a nível subjetivo, terminando por incorporar o pessimismo típico de momentos históricos de refluxos dos movimentos revolucionários. A "desilusão" com o ideal não alcançado os remete a um voltar-se para si mesmos. Após eliminar as contradições que encerram um determinado período histórico o pensamento mecanicista só consegue enxergar fatos isolados e estáticos. As pos-

síveis soluções e uma síntese posterior, são relegadas às calendas.

O trajeto que o narrador nos faz percorrer no percurso de sua viagem conduz a um beco sem saída ideológico. Uma vez constatado "in locun" os limites objetivos que vivem as sociedades socialistas e capitalistas, a única saída (para Gabeira) é o ideal liberalizante de uma sociedade sem repressões, sem discriminações sexuais ou raciais, sem consumismo, ou sem os limites que os "modelos" atuais nos apresentam. Mais uma vez são eliminadas as contradições existentes neste determinado momento, e que implicam na necessidade do avanço de luta ideológica, passando pela construção de um Partido Revolucionário — que nesse momento no Brasil significa fortalecer o Partido dos Trabalhadores — e no apoio às organizações das chamadas minorias de uma forma autônoma, para nesse processo avançar pouco a pouco na formulação de uma estratégia mais global. Não podemos, por exemplo, nos esquecer dos homossexuais continuamente massacrados por uma sociedade extremamente repressiva e darmos um salto no nirvana, onde seremos todos irmãos e nos amaremos uns aos outros.

Os movimentos das minorias vão passar necessariamente por um processo de radicalização para avançar e aprofundar questões específicas para que, em um outro processo posterior, possa haver condições subjetivas para uma mudança qualitativa e mais globalizante. É sempre a mesma idéia que aparece no seu livro: revoluções fracassadas, atrasos ideológicos e como saída idealista e subjetivista: "transamos todas". Ninguém será enganado: isto é somente uma crítica literária. "O VESTÍBULO DA CASA ESTAVA FRESCO COMO UMA CRIPTA. MRS. DALIOWAY LEVOU AS MÃOS AOS OLHOS E, ENQUANTO A CRIADA FECHAVA A PORTA E ELA LHE OUVIA O RUGIDO DAS SAIAS, SENTIU-SE COMO UMA MONJA QUE VOLTA AO MUNDO E SENTE QUE TOMBAM SOBRE SUA FRONTE OS FAMILIARES VEUS E A RESPOSTA A VELHAS DEVOÇÕES"

(Mrs. Dalloway - Virginia Woolf)

Internacional

Polônia O Solidariedade e a Igreja

Desde o início do atual movimento grevista na Polônia, foi visível a existência de diversos dirigentes sindicais com profundas convicções religiosas, e uma certa relação do movimento com a Igreja católica. Esta questão foi mais uma vez trazida à tona pelo encontro de Walesa com o Papa. Qual o peso real da Igreja nas decisões do movimento sindical Polonês? Seria capaz de contribuir para dar algum caráter anti-socialista ao movimento? Ou de contribuir para uma conciliação com a burocracia? Neste artigo, um especialista em questões polonêsas faz uma análise destas questões.

Por Cvril Smuga

Desde o mês de agosto, no momento mais intenso da greve, a hierarquia católica tinha escolhido o seu campo: um longo sermão do cardeal primaz Wyszynski sobre os benefícios do trabalho, discursos moderadores do bispo de Gdansk, que chegou a declarar, diante do conjunto dos operários do estaleiro Lênin de Gdansk reunidos para a missa: "nós vivemos momentos bem tristes".

Procurando se colocar como intermediária possível entre o movimento operário e a burocracia, a Igreja católica tem evitado, entretanto, chocar-se frontalmente com os trabalhadores. Aos discursos moderadores dos bispos, seguem-se a cada vez sermões militantes dos padres, que se situam explicitamente do lado das reivindicações operárias.

Desta maneira, a hierarquia pôde influenciar militantes sindicais e conseguir algumas vezes temperar sua atividade. Em 16 de dezembro, em Gdansk, durante as cerimônias comemorativas do massacre de dezembro de 1970, conseguiu impôr discursos moderados, com o fim de transformar a data em um dia de esquecimento e de reconciliação nacional. Fortalecida por este primeiro sucesso, lançou seu porta-voz, o abade Orzulik, contra os militantes da oposição e em particular os do KOR.

O resultado foi inesperado: não apenas os militantes acusados pelo abade não foram desmerecidos, mas a declaração provocou uma onda de protestos, que foram bem mais amplos que os do sindicato. Quarenta e oito padres da região de Przemysl mandaram uma carta aberta ao episcopado, explicando que "se o abade tem medo de defender as verdadeiras posições da Igreja", não deve ser o porta-voz. E a direção regional do sindicato de Varsóvia obteve, depois de um encontro com o primaz da Polônia, um desmentido das suas declarações. Mais ainda: ao deixar o primaz Wyszynski, os sindicalistas foram à casa de Jacek Kuron para colocá-lo a par, mostrando sua determinação de defender os que não esperaram agosto de 1980 para se integrar ao combate dos trabalhadores.

O peso da Igreja

Mas não deixa de ser verdade que a Igreja, apoiando-se sobre a formidável mobilização das massas, e utilizando-a em seu proveito, conseguiu vantagens. Ela dispõe, há dois meses, de um horário semanal no rádio e na televisão. Ela obteve a abertura de um seminário em Szezezin. Enfim, e não é o de menos, ela hoje conta com o apoio de um vice-primeiro ministro, e ministro do Trabalho, Herzy, Ozdowski. É um dirigente do Neo-Znak, grupo católico que saiu de uma cisão pró-governamental no interior dos círculos da intelectualidade católica durante os anos 70, e que é hoje o principal laço entre a burocracia e a hierarquia católica. Disporá, sem dúvida, em um futuro próximo, de um diário. Além disso, por seu passado político — Ozdowski foi uma das figuras principais da renovação em Poznan em 1956 — goza da estima de uma parte dos especialistas que colaboram com o Solidariedade.



O peso da Igreja aparece igualmente entre os especialistas do sindicato, em Gdansk sobretudo. O instituto de pesquisas sociais de Gdansk é dirigido por um militante católico, Tadeusz Mazowiecki, que acaba de ser escolhido, depois de um logo debate, como redator-chefe do futuro semanário nacional do Solidariedade. Mas, se os especialistas têm uma influência não negligenciável, sobretudo nos debates mais abstratos do sindicato (situação econômica, programa, etc.), estão longe de serem capazes de impôr seus pontos de vista aos sindicalistas sobre a tática das lutas.

... e seus limites

Desta forma, apesar das fortes pressões sobre Walesa, não conseguiram impedir a greve de advertência de uma hora em 3 de outubro. E, mais recentemente, no momento em que um acordo entre os especialistas do governo e os do sindicato quanto a um sábado livre por quinzena estava no ar, chocaram-se com uma recusa firme dos dirigentes de Gdansk: "se vocês se puseram de acordo, está bem. Mas nós, de qualquer maneira, não vamos trabalhar no sábado", respondeu-lhes Walesa (citado pelo "Nouvel Observateur").

É neste quadro que devemos situar a viagem dos dirigentes do Solidariedade a Roma. A Igreja, apoiada em uma determinada imprensa, tudo fez para dar-lhe um caráter de peregrinação, jogando com as convicções de alguns sindicalistas, e em particular de Walesa. O que não impediu este último, dirigindo-se aos sindicalistas em um comício realizado unitariamente pelas três centrais sindicais italianas, de

explicar: "no nosso sindicato, há os que crêem e os que não crêem; nós não faremos um altar no sindicato. Mas, se faltarem Igrejas, reivindicaremos que sejam construídas".

E se o Papa, seguindo o exemplo do episcopado polonês, se esforçou em pregar moderação, teve que, em vista das pressões, de se posicionar a favor da legalização do sindicato camponês, ir mais longe do que fizera a hierarquia polonesa.

Se é certo que a hierarquia católica

tenta fazer o possível para ajudar a burocracia a normalizar a situação na Polônia, e que ela jogará todo o seu peso para tentar integrar o Solidariedade, suas tentativas não têm o sucesso garantido. "Nada do que nos diz respeito deve ser feito pelas nossas costas". É o princípio adotado, desde agosto, por todos os trabalhadores da Polônia. E as tentativas de manobras clericais só poderão reforçá-lo.

Solidariedade ao povo de El Salvador

Em 1.980, mais de 10 mil pessoas foram assassinadas em El Salvador. Neste momento, outras pessoas estão sendo mortas pelas Forças Armadas e pelos grupos para-militares fascistas.

O povo salvadorenho — cansado da miséria, da fome, da exploração e da verdadeira escravidão imposta pelas 14 famílias que são donas dos meios de produção do país — luta por sua libertação.

A Junta de Governo de El Salvador, apoiada política e militarmente pelos governos dos Estados Unidos, Honduras, Guatemala, Argentina, Chile e Venezuela, sequestra, tortura e mata trabalhadores, camponeses, estudantes e religiosos.

Os Estados Unidos ameaçam mandar os "marines" para massacrar o povo em luta. Essa é a realidade de El Salvador, país da América Central, com 4,5 milhões de habitantes. Essa é a

realidade dos povos da América Latina na luta por sua libertação.

Se você é contra os assassinatos praticados pela Junta salvadorenha... Se você é contra a violação dos direitos humanos... Se você defende o direito do povo salvadorenho libertar seu país da miséria, da fome, da analfabetismo e da exploração... Se você acredita na luta dos povos latinoamericanos.

Então participe do ATO PÚBLICO DE SOLIDARIEDADE AO POVO DE EL SALVADOR, dia 24 de fevereiro, às 20 horas, no auditório do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, rua Rego Freitas, 530 - sobreloja, quando será feita uma exposição de fotografias dos crimes praticados pela Junta salvadorenha e será apresentado um audiovisual sobre a luta que se desenvolve em El Salvador.

Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina - CBS

CUBA



3- Conquista da revolução e opções econômicas

Terceiro artigo de Jean Pierre Beauvais sobre a situação atual da revolução cubana.

O que mais me surpreende? Não ver nenhuma criança na rua nas horas de escola". O homem faz um intervalo, como se ficasse surpreso, ou mesmo chocado por sua resposta.

Advogado de negócios em Bogotá, político conservador e anticomunista, ele está contra a sua vontade em Cuba. Passageiro de um avião colombiano desviado para Havana em dezembro, está passeando na cidade à espera do momento de poder voltar para seu país.

Estaria ele pensando, pela primeira vez na sua vida, nas dezenas e dezenas de milhares de crianças famintas que andam pelas cidades colombianas procurando comida e abrigo?

Estaria pensando num dos seus inúmeros discursos sobre "A Colombia, terra da liberdade e Cuba, a Ilha do Gulag?"

O conteúdo da propaganda anticasquista que, organizada e financiada pelos Estados Unidos, inundou nos últimos vinte e dois anos os meios de comunicação da América Latina, desvanecem-se face à realidade.

O extraordinário feito cotidiano

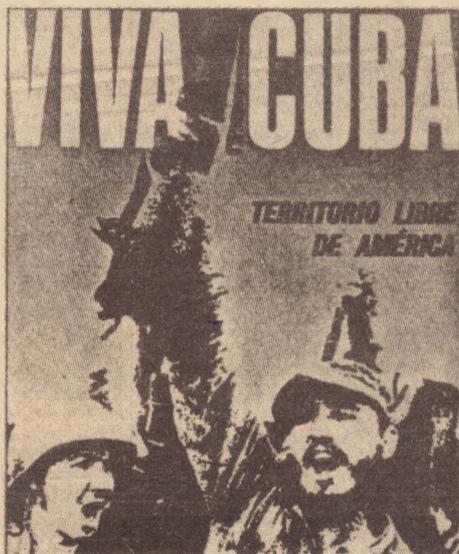
Não existem crianças vagando nas ruas de Havana porque a Revolução venceu o analfabetismo — em torno de 50% da população de antes de 59 — através de uma massiva campanha de formação de professores e construção de escolas. O Sistema educativo posto em prática em duas décadas não tem nada de comparável nos países submetidos ao domínio imperialista. No fim do ano escolar de 1979/80, 98,5% das crianças que terminaram o primário entraram no secundário. Daqui a dois anos os três primeiros anos do curso secundário serão obrigatórios para todos. Este ano, mais de um terço dos cubanos receberam um ensino que, do jardim da infância à universidade, passando pelos muitos numerosos cursos para adultos, é inteiramente gratuito, incluindo material, livros, transporte e mesmo comida.

Em termos de saúde, as conquistas são tão ou mais impressionantes. A densidade das instalações e do pessoal médico ultrapassa em muitos pontos a média francesa: 135 médicos para 100 mil habitantes na França, 159 em Cuba, por exemplo. Isso permitiu a execução de uma medicina cada vez mais preventiva e totalmente gratuita.

Os progressos decisivos resultaram, para começar, em uma redução drástica da mortalidade infantil. A expectativa média de vida de um cubano cresceu, depois de 1959, a ponto de se poder comparar com a dos países mais "desenvolvidos": 74 anos e meio para as mulheres e setenta e um anos e meio para os homens.

Além da saúde e da educação, a revolução cubana tem um enorme ativo a seu

Um sistema educativo em prática nas duas últimas décadas, que não tem nada de equivalente nos países submetidos à dominação capitalista. Uma densidade de equipamento médico que supera a média francesa. Eis uma parte das conquistas da revolução cubana, apesar de todas as deformações burocráticas.



favor na luta contra o subdesenvolvimento econômico e seus efeitos sociais.

É o que ilustra com força este velho operário da construção que vimos em Matanzas. Sob os aplausos dos futuros moradores, ele desfralda uma faixa no telhado do prédio em acabamento: "a revolução é o extraordinário feito cotidiano".

Consumo individual e consumo coletivo

É verdade que a escolha sistemática de se privilegiar o consumo coletivo levou, dado à falta de recursos e aos efeitos do bloqueio imposto pelo imperialismo, a sacrificar o consumo individual.

Uma minoria de cubanos, aparentemente reduzida, contesta radicalmente esta escolha e as restrições que ela implica. É esta minoria que fornece a maioria dos candidatos à imigração para os Estados Unidos. Candidatos mais encantados com a "opulência" dos supermercados da Flórida e do Texas, contada por parentes já imigrados, do que propriamente por considerações ideológicas ou políticas. "Mesmo se lá eu tiver de trabalhar 14 horas por dia, mesmo que seja desprezado por ser latino, eu quero partir. Em Miami eu trabalharei para mim e não para o Estado ou para os outros. E eu poderei comprar o que quiser, um carro, um som. Aqui isso é impossível". É um

jovem técnico, filho de um professor da universidade de Havana, que nos faz essa confissão, depois de perguntar se teríamos uma blusa com um retrato do John Travolta para vender...

Entretanto, o nível de salários, a gratuidade e a qualidade dos serviços sociais essenciais, os preços extremamente baixos de numerosos produtos alimentares e de serviços de primeira necessidade fazem com que a classe operária cubana tenha o melhor nível de vida da América Latina — apesar das restrições e dos racionamentos. Isto fica ainda mais claro para os trabalhadores agrícolas. Os candidatos à imigração sabem disso perfeitamente, tanto é que só os Estados Unidos lhes interessa.

Apesar das condições econômicas extremamente desfavoráveis (Cuba, mero apêndice dos Estados Unidos só produzia açúcar e fumo antes de 1959) apesar da ausência de fontes de energia, de matérias primas que não sejam o níquel, apesar de 20 anos de bloqueio, apesar dos erros também, Cuba revolucionária deve ser comparada com os outros países da América Latina. Aos mais industrializados, aos mais bem providos de recursos naturais, aos que dispõem de imensas receitas petrolíferas.

Além das imagens superficiais, as vitrines vazias e as vitrines cheias no centro das capitais, a superioridade de uma economia socialista e planificada, liberada da exploração imperialista, da lógica do lucro, aparece decisiva quando se trata de lutar efetivamente contra o subdesenvolvimento econômico e seus terríveis efeitos sociais.

Não é isso que, antes de tudo, o imperialismo quer esconder das massas latino-americanas através de suas cadeias de propaganda? Mas, entretanto, e em todos os níveis, a economia continua a ser o ponto fraco da revolução cubana.

Que reforma?

Assim, os métodos burocráticos de gestão não permitiram, no campo econômico, uma elevação da consciência das massas comparável à que existe no plano mais imediatamente político. Daí fenômenos tais como o absentismo, o desperdício, as imobilizações desnecessárias de

materiais e, geralmente, uma produtividade baixíssima do trabalho.

Já há alguns anos, os economistas cubanos tentam remediar essa situação pela implantação progressiva de um conjunto de "reformas" do sistema de direção e de gestão da economia. "Nós nos inspiramos nas reformas soviéticas feitas a partir dos trabalhos do economista Liberman. Nós estudamos também as reformas adotadas na Hungria recentemente, bem como o funcionamento das empresas iugoslavas", disse-nos a esse propósito um economista, que trabalha no planejamento central. E ele acrescenta: "o objetivo é substituir, pouco a pouco, um sistema fundamentado em diretrizes administrativas por um sistema fundado sobre as leis econômicas objetivas que vigoram neste estágio da construção do socialismo, onde a lei do valor e as relações econômico-comerciais existem ainda, mesmo que seu conteúdo seja novo".

A autonomia largamente aumentada das empresas que se segue, acompanha-se por um aumento do poder de decisão do diretor e dos executivos, enquanto que o sindicato se encarrega exclusivamente de aplicar as leis sociais. O sistema de normas é generalizado na organização do trabalho. A rentabilidade da empresa torna-se um critério essencial e os lucros que podem aparecer tornam-se um instrumento de "estímulo material" dos trabalhadores: eles alimentam um sistema de prêmios que se acrescenta ao salário.

Aplicadas sistematicamente, essas reformas irão — no curto prazo — introduzir algumas melhoras no funcionamento da economia. Mas, trata-se tão somente de um conjunto de melhoras técnicas que continuam a se situar no quadro da gestão burocrática da economia.

Os prêmios e outros "estímulos materiais" agentes essenciais de um aumento da produtividade, isso certamente não melhorará a "consciência econômica" das massas. Fundamentalmente esta elevação do nível de consciência só pode ser o produto de um controle real sobre a gestão econômica, combinada à livre discussão política sobre as orientações essenciais. Isso implica a possibilidade de debate dentro e fora do Partido Comunista. De novo voltamos à questão decisiva, como quando analisamos os limites do poder popular (ET nº 122).

No futuro, essas reformas poderão acarretar conseqüências graves no plano social: poderão tornar-se fonte de importante desigualdade entre os trabalhadores, acentuar as diferenças de situação dentro da empresa entre trabalhadores e dirigentes, crescer os privilégios existentes. Em síntese, ser a base de um aprofundamento e de uma sistematização das deformações burocráticas já existentes.

a parte

"Ainda estamos vivos"

Uma denúncia contra a repressão ao homossexualismo

Sr. Editor:

Aproveitando a oportunidade da estreia em São Paulo da peça *Bent*, sobre a perseguição e assassinato de milhares de homossexuais nos campos de concentração nazistas, queremos mais uma vez denunciar a situação de violenta marginalização em que vivem milhões de homossexuais em todo o mundo, particularmente nos países onde o sistema patriarcal, baseado na inferioridade da mulher e na forte repressão à sexualidade, continua praticamente intocado. Onde religiões proclamam junto a seus fiéis uma sexualidade autoritária e a maioria dos setores considerados democráticos (imprensa, advogados, partidos de oposição, sindicatos, intelectuais, políticos, etc) se omitem e dão provas a todo momento de que são igualmente preconceituosos.

No Brasil, essa perseguição e discriminação aos homossexuais vem sendo alimentada pela ideologia machista da elite dirigente; pelo catolicismo e outras religiões de raízes judaico-cristãs e por grande parte da imprensa e dos meios de comunicação de massa, que defendem esse "status quo", monolítico, demonstrando das piores maneiras possíveis uma oposição arraigada ao homossexualismo, criando indivíduos homofóbicos e violentos em relação aos que têm preferências sexuais diferentes daquela consagrada pelo sistema, a heterossexualidade.

Apesar de na Constituição e no Código Penal brasileiros não existir qualquer artigo que considere crime a prática ou a divulgação do homossexualismo, os artigos sobre "atentados ao pudor" e "moral e bons costumes" são usados freqüentemente não só para prender arbitrariamente ou humilhar homossexuais nas ruas, mas também para processar jornalistas e publicações que ousem quebrar o silêncio sobre a questão.

A imprensa sensacionalista sempre promoveu os crimes praticados por homossexuais e quase nunca deu o mesmo destaque para os crimes bárbaros praticados quase diariamente contra nós. Boa parte da imprensa e outros meios de comunicação endossam freqüentemente o malcaratismo da imprensa marrom, tipo *Notícias Populares*, e fazem de uma minoria dos homossexuais, os travestis, bodes expiatórios de verdadeiras campanhas contra nós, de cunho nitidamente nazi-fascista.

Também na TV, programas do tipo *Moacir Franco Show* (TV Bandeirantes), *Reapertura e O Homem do Sapato Branco* (TV Record), *Os Trapalhões*, *Planeta dos Macacos*, novelas como *O Astro* e *Pai Herói* (TV Globo) e até mesmo comerciais, promovem a imagem de esse sistema patriarcal marchista tem sobre todos os homossexuais sem exceção - doentes mentais, palhaços, criminosos, covardes, ninfomaníacos, apolíticos, alienados, etc; numa violenta deturpação da realidade.

Essa grande farsa jornalística-televisiva-radiofônica vai relleir fulminantemente em todas as áreas (família, escola, trabalho, política, etc), criando grandes dificuldades para a nossa sobrevivência em sociedade. Em muitos casos essas conseqüências são tão danosas que levam muitos de nós à loucura e até ao suicídio.

Nas diversas atividades profissionais, do mais baixo ao mais alto nível de especialização, os homossexuais sofrem restrições para trabalhar. Há testes psicológicos especialmente usados para identificar o candidato ou candidata homossexual e aqueles que conseguem passar são constantemente humilhados e desrespeitados por seus colegas de trabalho e pelas chefias, demitidos à menor falta e impedidos de ocupar cargos mais elevados nas empresas.

Em 1975, a Associação Americana de Psiquiatria, uma das mais respeitadas e influentes entidades médicas do Ocidente retirou o homossexualismo de sua relação de doenças e proclamou ser a homossexualidade uma preferência sexual como outra qualquer, com base em numerosas experiências realizadas e em dados fornecidos pelo movimento homossexual americano. Apesar disso, no Brasil o INPS (órgão público de assistência social) ainda

Campanha financeira

Por um
EM TEMPO:
cada vez melhor

1.000
novos assinantes
até março



EM TEMPO:

UM JORNAL AO LADO DOS TRABALHADORES

faça sua assinatura

São Paulo, Rua Francisco Leão, 57 Fone: 852-8880

Cartaz da campanha pelos 1.000 novos assinantes.

Dê uma força: passe na sede ou sucursais e pegue alguns cartazes para pregar por aí, difundindo nossa campanha.

Faça uma assinatura e gunhe de brinde um cartaz do 'Che'



Receba o cartaz nas sucursais do EM TEMPO. Caso não haja sucursal na sua cidade aguarde-o pelo correio.

A Editora Aparte S.A.
Rua Francisco Leão, 57 - Pinheiros - SP.
CEP: 05414 - Fone: 852-8880

Estou enviando o cheque por uma assinatura anual
Comum: Cr\$ 800,00 () Apoio: Cr\$ 2.000,00 () Exterior: US\$ 50,00 ()

Nome:

Endereço: Bairro:

Cidade: Estado: CEP:

enquadra os homossexuais na categoria de doentes mentais.

Os regulamentos militares, por outro lado, são rigorosos no tocante à conduta homossexual, considerada incompatível com a disciplina e dignidade da caserna. Exemplo disso, são os inúmeros casos de homossexuais expulsos das Forças Armadas, provocando sérias conseqüências para o seu desenvolvimento profissional.

Em dezembro de 1968, logo depois da edição do Ato Institucional nº 5 e durante o fechamento do Congresso Nacional, ocorreram diversas punições por homossexualismo atingindo funcionários públicos, que foram afastados de seus cargos sem direito de defesa em processos sumários. Essas pessoas só puderam se recuperar dessa arbitrariedade recentemente, com a Lei de Anistia. Esse fato foi quase completamente ignorado pela imprensa e praticamente esquecido nas discussões dos Comitês de Anistia.

Poderíamos ainda dizer bem mais, mas vamos ficar por aqui, no momento.

Esperamos assim contribuir para que o Brasil se transforme numa democracia sexual, como se exige de um país que se pretende realmente civilizado.

São Paulo, janeiro de 1981
OUTRA COISA — GRUPO DE AÇÃO HOMOSSEXUALISTA

EM TEMPO:

Conselho Editorial e Administrativo:
Raul Pont, (presidente), Aloísio Marques, Antonio Helder, Antonio Jorge, Carlos Tibúrcio, Marisa Araujo, Flávio Andrade, F. Pereira, Sandra Starling, Luci Ayala, José Luiz Nadai, Marcelo Beraba, Paulo Cavalcanti, Robinson Aires, Sérgio Alli, Tom Duarte,

Suplente: Valmir Menezes.

Diretoria: Flávio Andrade (presidente), Carlos Tiburcio, José Luiz Nadai, Robinson Aires.

Editor Chefe: Flávio Andrade.

Dir. Responsável: Robinson Ayres.
Arte: Sergio Papi e Paulo Roberto Borges.
Sucursais:
Belo Horizonte: Av. Cristóvão Colombo, 550 Tel.: 224-0127. **Porto Alegre:** Av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20. **Rio de Janeiro:** Caixa Postal 4680. **Salvador:** Av. Joana Angélica, 8 sala 44. **Fortaleza:** R. Pedro I, 1490 - Tel.: 226-8004.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S.A.
R. Francisco Leão, 57 - Pinheiros - São Paulo CEP 05414 - Tel.: 852-8880.
IMPRESSÃO: Editora Joruês
R. Gastão da Cunha, 49 - Tel.: 531-8900.

3º Congresso da Mulher Paulista

Duas posições apareceram claramente na preparação do III Congresso da Mulher Paulista.

A primeira, defendida pelas representantes do jornal **Hora do Povo**, que diz: "Todo o povo é oprimido, quando sofre as conseqüências da falta de vida democrática no país, o aumento do custo de vida, e a discriminação salarial. As mulheres, como parte desse povo sofrem a mesma opressão. Como conseqüência disso, as mulheres devem organizar sua luta como integrante do movimento geral do povo, contra as causas da opressão que pesa sobre toda a sociedade".

A segunda posição, defendida pelas feministas e por grupos femininos que trabalham com mulheres diz o seguinte: "Como parte integrante dos grupos sociais subalternos, as mulheres sofrem a mesma opressão de que sofre todo o povo brasileiro: a falta de democracia, a inflação, a carestia, o rebaixamento dos salários etc. Para lutar contra essa situação a mulher deve se integrar na luta geral contra a opressão que pesa sobre todo o povo. Mas, além dessa opressão, a mulher sofre outro tipo de opressão, que é próprio da sua condição de mulher, que assume formas específicas e singulares: no casamento, na maternidade, no direito ao uso do corpo, no lar, no trabalho etc. E por isso, embora solidárias com a luta geral, as mulheres devem se organizar de maneira autônoma, dando prioridade na sua luta àquilo que lhes é próprio". O conflito entre estas duas posições tem tornado bastante tumultuadas as reuniões de preparação do 3º Congresso. Por um lado, os grupos que acreditam que as mulheres tem especificidades e devem por isso conversar e lutar contra essa discriminação específica querem fazer do III Congresso o espaço para essas discussões. Por outro lado, o grupo do HP que acha que as mulheres não tem opressões específicas, acaba numa contradição, pois deveria estar nos lugares onde se discutem formas de luta contra a opressão geral, e não numa reunião só de mulheres que, segundo eles mesmos, não tem problemas próprios.

No entanto, contraditoriamente, uma das mais incisivas defensoras do jornal **Hora do Povo** na coordenação do III Congresso, acha que neste encontro deve ser discutido o plano do governo para o Planejamento Familiar, a legalização do aborto, os salários menores das trabalhadoras que exercem a mesma função que o homem. E esses temas todos, não são problemas específicos das mulheres? Então porque provocar tanto tumulto?

Por outro lado as mulheres do HP distribuíram à imprensa um documento se manifestando contra os grupos que compõem a coordenação do III Congresso. "Assinado" por 36 entidades, o documento logo depois de ter sido publicado pelos jornais da grande imprensa foi no entanto oficialmente desmentido por quase todas as 36 entidades, e retiradas as assinaturas.

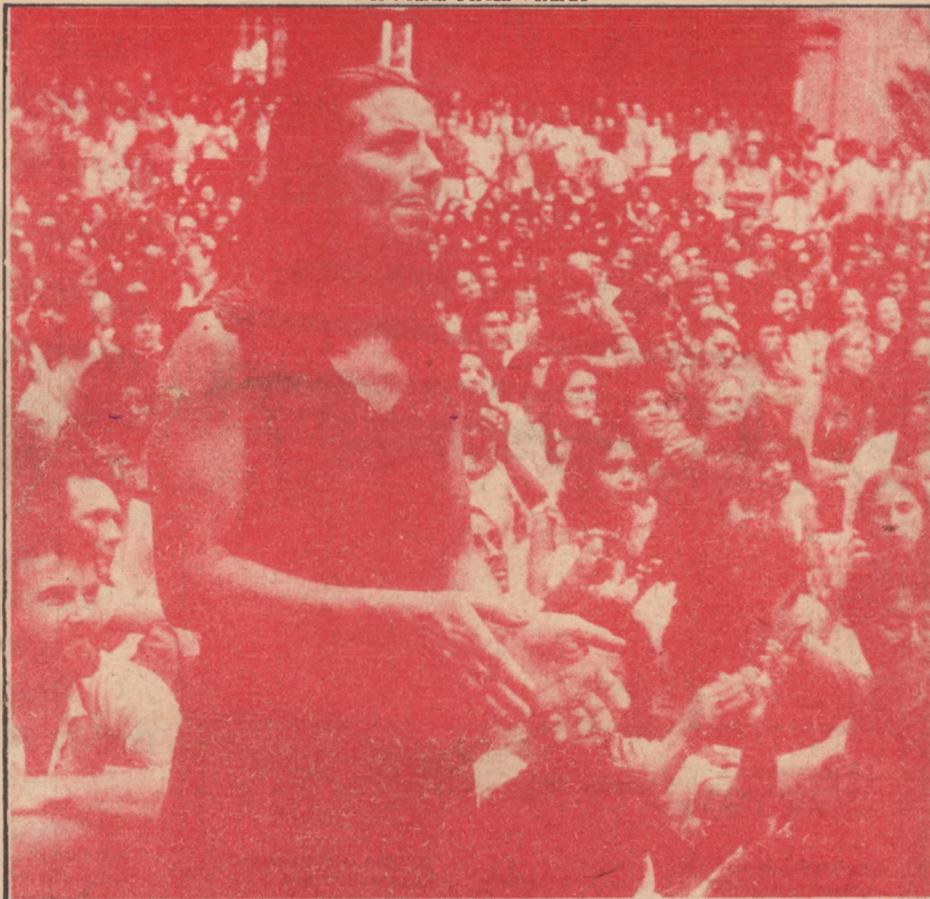
Nesse meio tempo a coordenação do Congresso distribuiu à imprensa um documento que explica suas posições e que aqui reproduzimos na íntegra.

O 1º Congresso da Mulher Paulista foi realizado em março de 1979, por iniciativa de 12 entidades femininas e feministas de São Paulo. Este congresso reuniu 800 mulheres que discutiram vários problemas de interesse das mulheres, definindo como principal bandeira de luta a questão das creches. Desta iniciativa pioneira nasceu o Movimento de Luta por Creches, que se expandiu pelos bairros da periferia de S. Paulo, organizando milhares de mulheres e conseguindo muitas vitórias.

As mulheres botam ordem na casa

Às vésperas da realização do 3º Congresso da Mulher Paulista as provocações e boicotes de um grupo minoritário terminaram por excluí-lo de vez do movimento. Se a confusão que daí pode ter decorrido não deixa de ser prejudicial à luta das mulheres, por outro lado, no entanto, daqui para frente os trabalhos caminharão sem os entraves que até então vinham encontrando.

Por Maria Tereza Verardo



O 2º Congresso foi realizado em 1980, reunindo na PUC quase 4 mil mulheres, com a participação de 52 entidades. Em dois dias de discussão tirou-se um documento sintetizando as principais reivindicações do movimento de mulheres.

Devemos compreender o que aconteceu durante a realização do 2º Congresso para tirar desta experiência, as lições que nos permitirão organizar um congresso melhor e avançar em nossas lutas.

Falando em nome do PMDB e de outras entidades, como por exemplo, Sociedade de Amigos de Bairros, algumas pessoas tentaram tumultuar os trabalhos. Apesar de participarem da própria organização do Congresso, estando entre as 52 entidades que formavam a Coordenação, estas pessoas desrespeitaram as decisões democráticas tomadas e agiram por conta própria.

O Congresso da Mulher é sem dúvida um evento político, mas não um evento partidário. Não queremos que as mulheres se dividam porque são a favor de um ou outro partido da oposição. Queremos que as mulheres se unam porque sofremos problemas que nos dizem respeito, por que somos mulheres. Não queremos que em nossos encontros as mulheres bri-

guem porque são a favor do Sindicato dos Metalúrgicos de S. Paulo ou a favor da Oposição a este sindicato. Queremos que as sindicalistas se unam porque compreenderam que nas fábricas são exploradas enquanto operárias e oprimidas enquanto mulheres.

Este grupo que falava em nome do PMDB, apesar de não representar as posições desse Partido no que diz respeito à luta das mulheres, via nosso congresso como um momento para divulgar suas posições, não respeitando as decisões da maioria, querendo impor propostas, causando tumulto e dividindo o movimento de mulheres.

Lamentamos o comportamento dessas companheiras e lamentamos também as posições assumidas pelo jornal **Hora do Povo** depois do Congresso, apostando na divisão do movimento de mulheres, caluniando e deturpando os fatos. A principal lição que tiramos desses incidentes é que devemos lutar pela unidade do Movimento de Mulheres. Movimento amplo, de massa, onde todas as mulheres podem participar: brancas, negras, católicas, protestantes, donas-de-casa, operárias, etc. As diferenças que existem entre nós não

nos dividem, mas ao contrário enriquecem nosso movimento.

Respeitamos essas diferenças e procuramos incentivar o que nos une: somos mulheres e isto determina muito da vida que levamos, somos mulheres e por isso somos discriminadas, impedidas de falar, isoladas em nossas cozinhas ou oprimidas nas fábricas e escritórios, somos mulheres e queremos modificar nosso papel na sociedade e na família.

Para lutar por isso, compreendemos que devemos lutar para que a sociedade mude. Lutar contra a opressão, por uma sociedade mais justa e democrática, jogando o peso na nossa organização na luta por nossas reivindicações específicas. O 3º Congresso está sendo organizado desde outubro de 1980 pelas entidades que se interessaram em participar de sua organização. A forma em que se realizará este ano (encontros por zona, eleição de delegadas, comemoração no dia 8/03) já foi amplamente divulgada.

Os mesmos problemas do congresso passado surgem novamente este ano desde o início dos trabalhos. O jornal **Hora do Povo** volta a atacar, tentando dividir nosso movimento, afirmando que a Coordenação é composta por "gráfinas desenturmadas" por grupos de mulheres que negam a maternidade e pregam o aborto como método anticoncepcional e que impedem "o povo brasileiro" de falar e discutir seus problemas. Mas a tentativa de criar confusão não pára aí. Recentemente foi publicada pela **Folha de S. Paulo** e distribuído nos locais onde os encontros estão sendo preparados, um documento assinado por 36 entidades. Entre estas estão o PMDB de Campinas, de Piracicaba, de Ribeirão Preto, o Sindicato dos Motoristas, o Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos, a Sociedade de Amigos do Bairro de Brasilândia, a União Federativa das SABs de Pirituba-Perus e outras. Este documento reproduz os ataques e o mesmo tom com que a 3ª Coordenação vem sendo tratada pelo jornal **Hora do Povo** e, ao mesmo tempo, convoca um outro congresso da mulher paulista. Exigimos que as diretorias ou responsáveis por estas entidades venham a público expor sua posição sobre o 3º Congresso.

Saberemos enfrentar e responder aqueles que querem dividir o nosso movimento. Consideramos portanto, que as pessoas e entidades que vêm agindo no sentido de dividir o Congresso, não aceitando o regulamento aprovado pela maioria, convocando falsas reuniões, excluíram-se da Coordenação.

A partir de agora a Coordenação é composta pelas entidades que assinam este comunicado ou que possam vir a assiná-lo.

(Sociedade Brasil Mulher, Associação das Mulheres, Departamento Feminino da Favela do Urupuru, Centro da Mulher Brasileira, Coordenação da Campanha pela Legalização do Aborto, Associação das Donas-de-Casa, Serviço de Orientação da Família (regiões Sul e Leste), Movimento Contra a Carestia, Movimento de Luta por Creches, Grupos de Estudos da Mulher (GEM/CEBES), Departamento Feminino dos Bancários, Comissão de Mulheres do Sindicato dos Jornalistas, Associação dos Empregados em Entidades Sindicais, Centro de Cultura Operária (Zona Sul), Associação Popular de Saúde, Ação Lésbico-Feminista, Sindicato dos Têxteis, S.O.S. Mulher, Sindicato dos Arquitetos, Grupos de rua CO-HAB-Itaquera, Grupo de Mulheres da Favela Nova Jaguará, SAB A.E. Carvalho e Frente Feminista de Mulheres).